



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

CARMEN CORATO

**As diferentes concepções teórico-metodológicas no
Serviço Social brasileiro e suas expressões na atualidade**

Rio de Janeiro

2015

CARMEN CORATO

As diferentes concepções teórico-metodológicas no Serviço Social brasileiro e suas expressões na atualidade

Trabalho de conclusão a ser apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Serviço Social, da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito final e obrigatório para a obtenção do título em Bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marilene Aparecida Coelho.

RIO DE JANEIRO

2015

CARMEN CORATO

As diferentes concepções teórico-metodológicas no Serviço Social brasileiro e suas expressões na atualidade

Trabalho de conclusão a ser apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito final e obrigatório para a obtenção do título em Bacharelado em Serviço Social.

Monografia aprovada em: __/__/____

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Marilene Aparecida Coelho
Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Gláucia Lellis Alves
Examinadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Luana Siqueira
Examinadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Este trabalho tem por tema as diferentes concepções teórico-metodológicas no Serviço Social brasileiro e suas expressões na atualidade. O conteúdo ministrado ao longo do curso são pertinentes e indispensáveis para apreensão crítica da totalidade da vida social, e como as mediações são necessárias para analisar e intervir na realidade. E esse entrelaçamento entre a teoria e práxis me instigou a percorrer o caminho da emergência da profissão e quais as concepções teórico-metodológicas que orientou e orienta os assistentes sociais. A metodologia utilizada foi a partir de fontes bibliográficas e pesquisa documental. No primeiro caso, nos valem da produção teórica que nos permitisse apreender o modo de produção capitalista, até alcançarmos o significado do Serviço Social nas relações sociais capitalistas monopólicas e suas direções teórico-metodológicas, para tanto nos valem principalmente dos escritos de Marx e Engels (1998, 2009); Marx (1978, 2006, 2008); Mandel (1982); Lenin (2008); Harvey (2008); Anderson (1999); Antunes (1999, 1999); Iani (1981, 1984); Coutinho (2000, 2010); Iamamoto (1998, 2009, 2011, 2012); Netto (1994, 1996, 1999, 1999b, 2010, 2011). E na pesquisa documental analisamos uma amostra de cento e quinze comunicações orais apresentadas no XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 2013, e consideramos os seguintes aspectos: a perspectiva teórico-metodológica anunciada, o movimento de historicização da realidade, a análise crítica da realidade, a apreensão das mediações e contradições, os aspectos metodológicos, a análise das variáveis empíricas, as principais referências teóricas, as relações com o marco legal das políticas sociais, o caráter descritivo da análise em relação ao trabalho profissional, e por fim, a perspectiva teórico-metodológica encontrada no trabalho. No primeiro capítulo fizemos um exercício de apresentar os aspectos elementares do capitalismo; a “questão social” a partir da contradição entre capital e trabalho; as formas de intervenção do Estado sobre as expressões da “questão social”; e a emergência do Serviço Social. No capítulo dois apresentamos o processo de renovação do Serviço Social e os determinantes históricos, sociais e econômicos que o influenciaram, e quais foram as direções ideológicas: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. No capítulo três trouxemos os aspectos do capitalismo contemporâneo, o neoliberalismo e os debates nas direções teórico-metodológicas no Serviço Social, e apontamos alguns elementos que capturamos ao longo da pesquisa, os quais apresentamos elaborados nas considerações finais.

Palavras chaves: Relações sociais, Serviço Social e concepções teórico-metodológicas.

ABSTRACT

This work has as its theme the different theoretical and methodological concepts in the Brazilian Social Service and its expressions today. The content taught throughout the course are relevant and necessary for critical concern of all of society, and how the mediations are necessary to analyze and intervene in reality. And this entanglement between theory and praxis prompted me to go the way of the emergence of the profession and what are the theoretical and methodological concepts that guided and directs social workers. The methodology used was from literature sources and documentary research. In the first case, we followed the theoretical production that would enable us to grasp the capitalist mode of production, until we reach the meaning of social work in capitalist social relations monopoly and its theoretical and methodological directions, therefore we rely primarily from the writings of Marx and Engels (1998, 2009); Marx (1978, 2006.2008); Mandel (1982); Lenin (2008); Harvey (2008); Anderson (1999); Antunes (1999, 1999); Iani (1981, 1984); Coutinho (2000, 2010); Iamamoto (1998, 2009, 2011, 2012); Netto (1994, 1996, 1999, 1999, 2010, 2011). And in documentary research analyzed a hundred sample and fifteen oral communications presented at the XIV Brazilian Social Workers Congress in 2013, and consider the following aspects: a theoretical and methodological perspective announced, the historicizing movement of reality, the critical analysis of reality, the seizure of mediations and contradictions, methodological issues, analysis of empirical variables, the main theoretical references, relations with the legal framework of social policies, the descriptive analysis on the professional work, and finally, the theoretical perspective -metodológica found in the work. In the first chapter we did an exercise in presenting the basic aspects of capitalism; the "social question" from the contradiction between capital and labor; forms of state intervention on the expression of "social issue"; and the emergence of social work. In chapter two we present the process of renovation of Social Work and the historical, social and economic determinants that influenced, and what were the ideopolíticas directions: modernizing perspective, refresher conservatism and intend to break. In chapter three we brought aspects of contemporary capitalism, neoliberalism and the repercussions in the theoretical and methodological directions in social work, and point out some elements captured during the research, which developed in the present concluding remarks.

Key words: Social Relations, Social Work and theoretical and methodological concepts.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
Capítulo 1: O Serviço Social: uma profissão emergente na era dos monopólios.....	13
1.1. Aspectos elementares do modo de produção capitalista.....	13
1.2. Questão social: a relação entre capital e trabalho.....	23
1.3. O Serviço Social Tradicional.....	29
Capítulo 2: O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro.....	37
2.1. O contexto brasileiro.....	37
2.2. As bases do processo de renovação.....	41
2.3. As direções ideopolíticas e teórico-metodológicas do processo de renovação do Serviço Brasileiro.....	48
2.3.1. A modernização conservadora.....	48
2.3.2. A reatualização do conservadorismo.....	51
2.3.3. Intenção de ruptura.....	55
Capítulo 3: O Projeto Ético-político e as direções teórico-metodológicas do Serviço Social na contemporaneidade.....	64
3.1. Reestruturação produtiva e Neoliberalismo: impactos no mundo do trabalho.....	64
3.2. O Serviço Social no pós década de 1990:.....	68
3.3. O Serviço Social nas comunicações do CBAS/ 2013: temáticas e as diferentes concepções teórico-metodológicas no Serviço Social brasileiro e suas expressões na atualidade.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	80
BIBLIOGRAFIA.....	84

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – é exigido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - como requisito final para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, e tem por tema o As diferentes concepções teórico-metodológicas no Serviço Social brasileiro e suas expressões na atualidade.

O ingresso no curso de Serviço Social se deu através do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – PRONERA – em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF – e a referida universidade. A turma de estudantes do PRONERA iniciou com sessenta pessoas e atualmente se encontra com cinquenta e duas. Logo de início pude perceber a aproximação entre as pautas dos movimentos sociais presentes nessa turma e as linhas de debates do curso, em que ambos reivindicam como mirante analítico crítico, que, em minha opinião, só aumentou com o passar dos períodos.

Ao longo do curso tive a oportunidade de conhecer e participar de encontros, congressos, debates, reflexões promovidos pelo conjunto da categoria, cujo os temas são pertinentes e indispensáveis para apreensão crítica da totalidade da vida social, e como as mediações são necessárias para analisar e intervir na realidade. E esse entrelaçamento entre a teoria e práxis me instigou a percorrer o caminho da emersão da profissão e quais as concepções teórico-metodológicas que orientou e orienta os assistentes sociais, pois parte-se do entendimento de que toda ação é carregada de valores e de uma dada forma de conceber o mundo. Isto é, o interesse no tema alcança e extrapola o Serviço Social, pois ao inseri-lo no conjunto das relações sociais sob a égide do capital, faz-se necessário apreender as mediações que o acercam, ou seja, apanhar os movimentos do real em seus aspectos contraditórios.

A análise a qual nos propusemos a fazer tem por referencial a teoria social marxiana, e entende-se que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho no capitalismo monopolista. A importância em localizar o nosso mirante está no sentido de lembrar que no interior do corpo profissional há diferentes concepções acerca de seu surgimento, onde um segmento diferentemente do mirante acima posto, apresenta a emersão da profissão a partir de uma evolução das formas caritativas e assistencialistas desenvolvidas principalmente pela Igreja Católica.

As categorias profissionais são compostas por indivíduos que possuem diferentes concepções de mundo, crenças, ideologias, ou seja, são um todo não homogêneo que se

caracteriza como um espaço extremamente plural o que não supõe não existir um projeto profissional hegemônico, ainda que as disputas, interesses, divergências, contradições permaneçam no interior do corpo profissional. Tal hegemonia, como afirma Netto (1999), deve ser construída e legitimada a partir do debate de ideias, reflexões, discussões, enfim, deve se dar através da participação democrática e não em recorrer a formas excludentes.

Os projetos profissionais são formas de manifestação desse sujeito coletivo, são construções coletivas com inelidíveis dimensões políticas, associadas a um determinado projeto societário, bem como relacionadas às questões de interesses particulares da profissão. Toda categoria profissional necessita organizar e apresentar: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc.” (NETTO, 1999: 98). Ainda de acordo com Netto (1999), para os sujeitos profissionais elaborarem e articularem os elementos que a constituem implica em organização política, reflexões, debates, estudos sobre as requisições e as intervenções práticas. Porém, sabemos que são discussões complexas e divergentes num corpo profissional, e para que se desenhe um projeto é preciso elencar os elementos que são imperativos e os indicativos.

O processo de renovação ocorrido entre meados de 1960 a meados de 1980 contribuiu para a busca de rupturas com o conservadorismo, bem como para a reatualização de formas extremamente conservadoras. A laicização, a proximidade com as classes trabalhadoras nas lutas democratizantes e a interlocução com as Ciências Sociais influenciaram para o questionamento das formas até então consagradas e conservadoras, pautou-se o debate da ética profissional versus o neotomismo, a neutralidade e o humanismo cristão. Em meio a efervescência política do país, a categoria profissional apreende as contradições sociais ali pautadas e essas aparecem manifestadas no Código de Ética de 1986, em que se assume o compromisso com as classes trabalhadoras e com os interesses dos usuários, um marco histórico desde o primeiro Código oriundo de 1947.

O Serviço Social brasileiro inicia a década de 1990 com uma evidente ruptura com o conservadorismo que acompanhara a profissão desde o seu surgimento, imprimindo-lhe uma pluralidade até então inédita, ainda que essa ruptura não tenha se consolidado em “uma nova legitimidade” (NETTO, 1996: 108) da profissão junto aos usuários. Evidentemente o conservadorismo não desapareceu e tão pouco as disputas findaram-se, agora ocupam um espaço plural e altamente qualificado do ponto de vista da produção do conhecimento. O que

alterou substancialmente a direção ético-político, técnico-operativa e teórico-metodológica predominante até então na profissão, a partir de um viés crítico (NETTO, 1999).

O projeto ético-político do Serviço Social é abordado por Netto (1999) a partir da preocupação em inseri-lo dentro dos projetos societários: “trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (NETTO, 1999: 93). E o suporte encontrado pelos profissionais para materializar o projeto ético-político se dá através do Código de Ética vigente(1993), da Lei de regulamentação (1993) e das diretrizes curriculares para a formação profissional (1996).

Esse giro na profissão colide com a direção política e econômica encampada pelo capital no início dessa mesma década, que se manifesta no confronto entre o Projeto Ético Político desenhado pela profissão e o projeto neoliberal. Ao passo que a perspectiva histórico-crítica tem sua hegemonia no Serviço Social, enfrenta uma forte ofensiva do caldo laudatório do pensamento conservador, e aqui apontamos a pós-modernidade como uma das estratégias do conservadorismo. E é essa disputa que tem parametrizado os embates no interior do corpo profissional: e como já nos alertara Netto (1999), se teremos a afirmação e aprofundamento da perspectiva histórico-crítica ou se tenderá a contê-la e revertê-la num influxo conservador.

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e documental. No primeiro caso realizamos uma revisão da literatura do Serviço Social, onde nos referenciamos fundamentalmente nas obras de José Paulo Netto e Marilda Iamamoto, que em muito contribuíra, e contribuem para uma análise crítica acerca da emergência e os desafios postos à profissão na atualidade.

Na pesquisa documental recorremos ao XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, cujo tema foi: “Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social”. Consensualmente é consagrado como o momento/ espaço organizado pelas entidades da categoria: o Conselho Federal de Serviço Sociais (CFESS), o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS-SP), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social (ABPESS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), espaço esse que os assistentes sociais refletem, analisam, elaboram e escrevem sobre a profissão. E o nosso esforço se deu em capturar as tendências teórico-metodológicas no Serviço Social brasileiro e como se expressam no atual contexto.

Para tanto tomamos como fonte de pesquisa uma amostra de 10 % dos trabalhos

apresentados em forma de comunicação oral. Houve em torno de três mil participantes entre profissionais e estudantes da categoria, num total de um mil e duzentos e oitenta e oito trabalhos, sendo que na sessão comunicação oral foram um mil cento e vinte dois trabalhos e na sessão pôster houve cento e sessenta e um trabalhos.

Durante a pesquisa analisamos cento e quinze trabalhos da sessão de comunicação oral apresentadas neste evento, distribuídos pelos onze eixos temáticos: Infância, adolescência, juventude e envelhecimento; Seguridade social: concepção; Seguridade social: controle social e sujeitos políticos; Seguridade social: Gestão e financiamento; Questões urbana, agrária e ambiental; Ética e direitos humanos: ênfase em direitos humanos; Raça, etnia, gênero e sexualidades; Fundamentos, trabalho e formação profissional do Serviço Social; Educação, comunicação e cultura; Justiça, violência e segurança pública; Movimentos, lutas sociais e organização política da classe trabalhadora.

Para analisar os referidos trabalhos foram elencados os seguintes aspectos: a perspectiva teórico-metodológica anunciada, o movimento de historicização da realidade, a presença da análise crítica da realidade, a apreensão das mediações e contradições, os aspectos metodológicos, a análise das variáveis empíricas, as principais referências teóricas, as relações com o marco legal das políticas sociais, o caráter descritivo da análise em relação ao trabalho profissional, e por fim, a perspectiva teórico-metodológica encontrada no trabalho.

Após a definição da amostragem e o primeiro exercício de sistematização das comunicações que constituíram a amostragem da pesquisa, nos deparamos com um rico e extenso material a ser analisado. Em face do tempo para a conclusão da presente monografia realizamos um novo recorte que privilegiou os seguintes eixos de comunicações: fundamentos, trabalho profissional, seguridade social: concepção, movimentos sociais, e, infância, juventude, adolescência e envelhecimento. Para averiguar as tendências teórico-metodológicas presentes nas comunicações orais analisadas foram considerados os seguintes aspectos: a temática, a historicização da realidade, a presença da análise crítica da realidade, perspectiva teórico-metodológica anunciada pelo/a autor/a e a perspectiva apreendida no trabalho.

O caminho trilhado foi no sentido de identificar no interior do Serviço Social as diferentes concepções teórico-metodológicas, na tentativa de que nossa análise possa contribuir com reflexões e na produção de materiais que subsidiem os debates existentes na categoria sobre a necessidade de fortalecer o projeto ético-político profissional.

No primeiro capítulo fizemos um breve apanhado sobre a emergência da profissão nos marcos do capitalismo monopolista, e para tanto, trouxemos os aspectos elementares do capitalismo desde o processo de acumulação primitiva, capitalismo concorrencial até a constituição dos monopólios, onde este fundamenta-se na propriedade privada dos meios de produção fundamentais à vida; na exploração da força de trabalho “livre” e assalariada; e na extração de mais-valia.

O processo de produção social e a apropriação privada da riqueza produz em razão direta a “questão social”, sim, aqui entendida na relação contraditória entre o capital e trabalho, que na era monopolista o Estado atuará em suas expressões de forma sistemática e contínua, através das políticas sociais, e os profissionais chamados para realizar tal feitos são os assistentes sociais, e dessa forma, sob a égide capitalismo monopolista que emerge o Serviço Social.

Finalizamos esse capítulo com o que a literatura denomina de Serviço Social tradicional, que na medida que o Estado atua sobre as sequelas da “questão social”, entendida pelo pensamento conservador como o conjunto de problemas sociais que atingem indivíduos que precisam ser “reinseridos” socialmente. Isto é, as refrações da “questão social” são vistas como patologias sociais e uma das formas do trato do estatal se dá por meio das políticas sociais, e o profissional convocado é o assistente social. Não se trata de um pensamento laudatório ao capitalismo monopolista aliás, antecede esse período, mas da forma de pensar o social nos moldes burgueses, ou seja, o positivismo - que nas palavras de Netto (2011: 43): “[...] antes de ser uma “escola” sociológica, é a autoexpressão ideal do ser social burguês”.

No capítulo seguinte abordamos o processo de renovação do Serviço Social enquanto parte constituinte do movimento de reconceitualização ocorrido na América Latina em meados dos anos de 1960 e como ocorre na particularidade brasileira. Consideramos os acontecimentos históricos trazidos e condicionados pelo ciclo autocrático burguês (1964 a 1985) e como influenciou diretamente na renovação profissional. E por fim, seguimos com as três perspectivas apontadas por Netto (2011): a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

No capítulo três abordamos a construção do projeto ético-político e as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social, tendo o CBAS de 2013 como referência, com o objetivo de apreender como o trabalho profissional tem se pautado ou não pelos parâmetros construídos pelo corpo profissional. Inicialmente apontamos o processo de reestruturação produtiva e o

neoliberalismo que inicia a partir dos anos de 1970 e tem seu desenvolvimento acentuado no Brasil no pós 1990 e como essas mudanças rebatem na profissão e se expressam em disputas nas dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas no processo de trabalho do assistente social. E como já apontamos acima, elegemos o CBAS para verificar tais disputas.

E dada a complexidade das relações sociais com as quais os profissionais estão envolvidos, o projeto ético-político - o qual encontra-se totalmente em disputas na medida que crescem as universidades privadas, os cursos à distância, o Serviço Social clínico etc. - , este reafirma a necessidade de uma formação acadêmica generalista e altamente qualificada, pautada pelo referencial teórico-metodológico crítico que se empenhe em analisar a realidade social, e apreenda os homens como sujeitos de sua própria história.

Capítulo 1: O Serviço Social: uma profissão emergente na era dos monopólios

Na atualidade do Serviço Social brasileiro podemos afirmar que existe uma bibliografia vasta que segue desde anos de 1980, e em meados de 1990 alcança sua maturidade teórica (NETTO, 2011). Por ser uma categoria profissional heterogênea, em seu interior existem diferentes formas de conceber a realidade. Em relação a gênese da profissão encontraremos duas explicações: o surgimento da profissão a partir das práticas caritativas e ações filantrópicas realizadas pela Igreja Católica – uma concepção endógena da profissão; e a segunda, que por sua vez se difere por completo da primeira, e analisa a emergência do Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho em dadas relações sociais de produção e reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2011).

Como podemos observar, são duas concepções que seguem caminhos distintos ou até mesmo antagônicos. No presente trabalho buscaremos analisar a profissão através do caminho apresentado pela segunda opção acima referida, ou seja, o Serviço Social como uma profissão que emerge na era do capitalismo monopolista. E uma vez que nos propusemos a seguir por essas veredas, trataremos de abordar o contexto histórico e social, trazendo a emergência da profissão a partir das relações sociais de produção e reprodução da vida sob a égide do capital na era dos monopólios, na busca por apreender quais são as margens de movimentação que possibilita negar essa ordem de coisas existentes.

1.1. Aspectos elementares do modo de produção capitalista

O modo de produção capitalista é uma forma em que os homens em determinado período histórico organizam a produção e reprodução social da vida baseada na socialização da produção e apropriação privada da riqueza socialmente produzida. São os homens vivendo em determinadas relações sociais que produzem a história, e, já nos disse Marx (1978: 329): “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Essa forma de organização da vida material, datada de pouco mais de três séculos, donde produzira e ainda produz enormes mudanças até então inéditas na história da humanidade, tendo dois grandes e principais acontecimentos que marcam a consolidação dessa forma

social: as revoluções inglesa e a francesa, ambas ocorridas na segunda metade do século XVIII. Foram transformações ocorridas no seio do Antigo Regime e que implicaram novas relações sociais sob a égide do capital, cujo principal objetivo é a valorização do valor, ancoradas sobre determinados pilares que a caracteriza, as quais, embora passe por fases, não rompe com tais estruturas: a propriedade privada dos meios de produção fundamentais à vida; a exploração da força de trabalho livre e assalariada; e a extração da mais-valia (NETTO; BRAZ, 2010).

É inconteste na literatura marxista que no capitalismo são identificadas duas fases, da acumulação primitiva ao capitalismo concorrencial e o capitalismo monopólico (NETTO; BRAZ, 2010). De forma sucinta traremos algumas das principais características de ambas as fases, no intuito de melhor ser a nossa compreensão, e como o nosso intuito é analisar a trajetória do Serviço Social brasileiro, abordaremos com maiores detalhes o fase do capitalismo monopolista, porém, nos seria de um grande equívoco abordar diretamente os monopólios sem ao menos apontarmos o que levou essas alterações na organização do capital e como elas se manifestam em todas as dimensões da vida.

Na fase concorrencial do capitalismo tem-se a produção generalizada de mercadorias como atividade econômica central; o surgimento do comércio mundial e com isso a demanda da industrialização pesada, o que produz uma alteração na organização da produção e a forma da divisão social do trabalho. As oficinas, corporações de ofício e a forma artesanal de produzir deixam de ser suficientes à produção para o mercado agora existente, e se concentram em fábricas com grandes contingentes de operários (NETTO; BRAZ, 2010).

O modo de produção capitalista necessitava de romper com todas as amarras feudais, os trabalhadores precisavam estar livres dos meios de produção, pois nessa forma de divisão social do trabalho há uma ruptura com o controle integral do trabalhador sobre a produção. Opera-se uma evidente separação entre àqueles que produzem as mercadorias - os detentores da força de trabalho apta a ser vendida – e àqueles que detêm a propriedade dos meios de produção – a burguesia. É na exploração da força de trabalho livre e assalariada, para a extração de mais-valia que se encontra o fundamento do capitalismo.

Aos detentores dos meios de produção interessa a valorização do valor para a acumulação de capitais através da exploração do trabalho, que envolve a compra dos meios de produção, a força de trabalho necessárias à produção de mercadorias, que no processo de produção será gerada uma outra mercadoria com mais-valor, e ao ser vendida no mercado terá essa mais-

valia realizada e expressa na forma de dinheiro, e para que este se transforme em capital precisa ser reinvestido no processo de produção visando a sua ampliação, ou em outras palavras: temos o processo de acumulação ampliada do capital (NETTO; BRAZ, 2010). Esse investimento será em capital constante (os meios de produção) e/ ou capital variável (a força de trabalho), e a relação entre o investimento em um e outro se denomina de composição orgânica do capital. No intuito de aumentar a produtividade – que é a capacidade de produzir mais mercadorias em uma mesma quantidade de trabalho -, tem por condição investir mais em capital constante em proporção ao capital variável, o que no processo de produção irá transferir o valor e não irá criar novos valores - pois se bem lembramos, é o trabalho vivo quem cria mais-valor do que seu próprio valor – e na medida que aumenta a produtividade há uma diminuição no valor unitário das mercadorias, ocasionando uma queda tendencial na taxa de lucro. Nesse processo de busca por maiores de taxas de lucros faz com que os capitalistas migrem para outros setores mais rentáveis, levando em razão direta a concentração e centralização de capitais, até a constituição dos monopólios.

A forma típica da reprodução no modo de produção capitalista é a reprodução ampliada (ou alargada). Nela, apenas uma parte da mais-valia apropriada pelo capitalista é empregada para cobrir os gastos pessoais; outra parte é reconvertida em capital, isto é, utilizada para ampliar a escala da sua produção de mercadorias (aquisição de máquinas novas, contratação de mais força de trabalho etc.) [...] Essa *conversão de mais-valia em capital* caracteriza a reprodução ampliada, que realiza a acumulação de capital. (NETTO; BRAZ, 2008: 125-126).

Aos capitalistas interessam diminuir esse tempo de rotação possibilitando assim maior acumulação, seja investindo em tecnologia de ponta dos meios de produção e/ ou combinando com alterações e intensificação do ritmo do uso da força de trabalho. Ao passo que esse processo de rotação do capital é interrompido surgem as crises que são causadas pela superacumulação de capitais e se manifestam ora pela crise do petróleo ou por quaisquer outros motivos – lembremo nos, o capital é uma relação social - que assim estão nas palavras de Netto e Braz (2010: 158): “a crise, imediatamente, é a interrupção desse movimento: a mercadoria produzida não se converte em (mais) dinheiro. O movimento do capital fica em suspenso [...]”. As crises são intrínsecas, necessárias e funcionais ao capital.

Como podemos observar, a transição do capitalismo concorrencial aos monopólios ocorre pela razão de ser do capital: a necessidade em valorizar o valor. A diferenciação entre àqueles que possuem grandes volumes de capitais e àqueles com médios e menores volumes, permitiu

que a partir da segunda metade do século XIX os detentores desses grandes volumes de capitais compusessem grupos que passaram a controlar ramos industriais inteiros, concentrando um elevado número de trabalhadores, adquirindo relevante influência econômica em diversas nacionalidades (LENIN, 2008).

A constituição dos monopólios é incompreensível se não tocarmos ao novo papel dos bancos e sua conversão também em monopólios. Se antes aos bancos cabiam a tarefa de intermediarem os pagamentos, ou seja, reunir todas as formas de rendimentos em dinheiro e dispô-lo aos interesses dos capitalistas, no capitalismo monopolista passam a dispôr de quase todo o montante de dinheiro que poderão ou não ser destinados ao emprego de capitais. “Essa transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista” (LENIN, 2008: 31). Os bancos passam a ter o domínio e conhecimentos exatos dos diferentes capitalistas o que abre a possibilidade em controlá-los e decidir se terão acesso ou serão restritos às linhas de créditos, influenciando inclusive o destino de determinados ramos industriais, ou seja, há uma estreita relação de dependência da grande indústria frente aos grupos bancários, o que restringe sua liberdade de movimentação. As ações dos bancos alcançam a participação de diretores dos bancos nas atividades administrativas e decisivas empresariais, comerciais (LENIN, 2008: 31).

Esta interligação entre o capital industrial e o capital bancário em sua maior expressão irá compôr o capital financeiro, pois cada vez em maior proporção o capital industrial não pertence aos industriais e sim aos bancos, e da mesmo forma esses últimos se veem compelidos a investir seus capitais em forma de dinheiro na indústria. LENIN (2008: 47) diz: “capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam”. Esse capital também se constitui em monopólios concentrador de grandes lucros tanto com a emissão de valores; empréstimos do Estado; alcança inclusive o campo da especulação imobiliária, que passa a ser um terreno muito lucrativo, entre outros. “O monopólio, uma vez que constituído e controla milhões e milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em *todos [grifo do autor]* os aspectos da vida social, independentemente do regime político de qualquer outra particularidade”. (LENIN, 2008: 57).

Se na fase concorrencial do capitalismo exportava-se mercadorias, no capitalismo monopolístico exporta-se capitais. Os monopólios se constituem primeiramente nos países de capitalismo desenvolvido, portadores de uma enorme quantidade de capitais excedentes aptos

a serem investidos e são direcionados aos países atrasados em forma de empréstimos a juros altos aos Estados e/ ou na montagem de processos produtivos. Consequentemente a exportação de capitais acaba por desenvolver e aprofundar o capitalismo em alcance mundial, o que produz transformações de profundo impacto em todas as dimensões da vida social.

Em fins do século XIX e início do XX o capitalismo inaugura a sua fase superior, o imperialismo - e quem melhor elucidou essa passagem fora LENIN (2008). A forma industrial predominante são os monopólios e o capital financeiro passa a desempenhar papel fundamental. Ávidos por lucros os monopólios passam por cima dos Estados-nações e partilham e disputam o mundo entre as potências imperialistas, obviamente essa partilha do mundo não acontece em acordos pacíficos e em salas de reuniões, e, o limite dessa corrida se manifesta em guerras mundiais. Essa partilha é intrínseca à dinâmica do capital, é a busca por maiores taxas de lucros que leva a partilhar o mundo.

No capitalismo contemporâneo há uma confluência de interesses econômicos das associações capitalistas e de interesses políticos das grandes potências imperialistas. Nessa relação, os países menos desenvolvidos perde por completo sua autonomia política e subordina-se aos interesses dos monopólios. LENIN (2008: 88) brilhantemente sintetiza o imperialismo em cinco principais características:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENIN, 2008: 88).

Pode-se observar que o modo de produção capitalista alterou por completo a forma de organização da vida material, e obviamente provocou mudanças também no modo de compreender o mundo – aqui referimo-nos a forma do pensamento apreender tais alterações. O desenvolvimento das forças produtivas - o que é característico - na sociabilidade burguesa implica o questionamento sobre o até então existente, e inicia o caminho da construção da ciência, ou seja, a compreensão do mundo através da razão (COUTINHO, 2010). O uso da razão, período que se encontra nos marcos da modernidade, necessitou de um longo trajeto, que vai desde os pensadores idealistas, empiristas até a razão dialética, o que não ocorre sem intensos enfrentamentos à forma até então dominante de conceber o mundo, fundamentados

este pela metafísica, que, nas palavras de GRAMSCI (1997: 161) a metafísica constitui-se em:

“Um dos traços mais evidentes da velha metafísica no *Ensaio Popular* é o intento de reduzir tudo a uma causa, causa última, a causa final. Pode-se reconstruir a história do problema da causa única e última e demonstrar que ela é uma das manifestações da “busca de Deus” [...] GRAMSCI, 1997: 161).

Essas profundas transformações na forma de viver dos homens provocavam diversas indagações, questionamentos de difícil assimilação no plano do imediato. Os conflitos acentuam-se entre a nascente razão moderna e as formas anteriores de concepção de mundo, a qual nos referimos anterior e principalmente através da metafísica. A revolução burguesa deve ser entendida como um conjunto de mudanças nas relações econômicas, sociais, ideológicas, políticas, culturais, impulsionadas pela dinâmica do capital.

O capitalismo, em dado momento, representou – não só no plano econômico-social, mas também no cultural – uma extraordinária revolução na história da humanidade [...] Esse caráter objetivamente progressista do capitalismo permitia aos pensadores que se colocavam do ângulo do novo a compreensão do real como síntese de possibilidade e realidade como totalidade concreta em constante evolução. Sem compromissos com a realidade imediata, os pensadores burgueses não limitavam a razão à classificação do existente, mas afirmavam seu ilimitado poder de apreensão do mundo em permanente *devenir*. (COUTINHO, 2010: 25).

Na sociedade moderna a racionalidade é o fundamento para conceber o mundo, o pensamento passa a ter a sua terrenalidade, os problemas/ questões da vida social passam a ser tratadas nos marcos da vida mundana (COUTINHO, 2010). Se tomarmos como exemplo os pensadores iluministas veremos elaborações que tem por objetivo intervir sobre a sociedade, que tem por crítica de fundo as bases do Antigo Regime, pois pautaram a defesa da tolerância religiosa; a garantia dos direitos naturais dos homens; rejeição do dogmatismo metafísico; o fim dos privilégios e das tiranias etc.

O uso da razão é algo altamente novo na história da humanidade e está associada ao processo de “socialização da sociedade” (NETTO, 1994: 31) que tem por base o intenso desenvolvimento das forças produtivas sob a égide da sociabilidade burguesa, o que impele o desenvolvimento de conhecimentos necessários à ampliação cada vez maior do domínio do homem sobre a natureza, e esse movimento chegara a tal dimensão que, em determinado período histórico os homens de todo o globo passam se conectar.

Para tanto, as antigas explicações acerca do existente deixam de ser suficientes, afinal, a burguesia precisava consolidar o seu ascendente poder, tanto nos planos econômicos,

políticos, sociais e culturais, o que inclui derruir as velhas formas de conceber o mundo. E assim o fizera, cumprira um papel altamente revolucionário, COUTINHO (2010: 21) divide em dois momentos a história da filosofia burguesa:

A primeira, que vai dos pensadores renascentistas a Hegel, caracteriza-se por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética. A segunda – que se segue a uma radical ruptura, ocorrida por volta de 1830-1848 – é assinalada por uma progressiva decadência, pelo abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior, algumas definitivas para a humanidade, como é o caso das categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética. (COUTINHO, 2010: 21).

Novamente nos é importante ponderar que a construção da razão moderna se dera dentro de um longo processo, donde a bibliografia existente demarca desde o Renascimento ao Iluminismo, todos os pensadores que marcaram a história da humanidade foram determinantes para que se alcançasse a razão moderna. À essa elaboração e sintetização da razão moderna deve-se o mérito a Hegel (1770-1831)¹, este apresentara o que de mais progressista fora produzido pelo pensamento revolucionário nos marcos da sociabilidade burguesa desse período - ainda que este pensador não conseguira ultrapassar a razão dialética dentro de uma concepção idealista, isto é, na medida que apresenta a história como fruto de contradições, nega a possibilidade de alterá-la ao conceber a sociabilidade burguesa como a forma mais desenvolvida da humanidade.

Coutinho (2010: 28) nos apresenta que a maior conquista da modernidade no campo da razão se dão a partir dos três núcleos centrais:

[...] o *humanismo*, a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o *historicismo concreto*, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e finalmente, a *razão dialética*, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários), e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias estas que englobam, superando, as provenientes do “saber imediato” (intuição) e do “entendimento” (intelecto analítico) (Coutinho, 2010: 28).

A burguesia ao consolidar-se no poder encerra o seu ciclo progressista, o marco histórico fora entre os anos de 1830 a 1848, pois na medida que a burguesia se torna a classe dominante, de uma posição revolucionária torna-se conservadora, afinal, é de seu completo

1 Nesse trabalho buscamos fundamentalmente Coutinho (2010) e Netto (1994) sobre o sistema hegeliano.

interesse manter-se no poder e abandonar àqueles ideais propagados pela liberdade, igualdade e fraternidade. Se antes o pensamento podia compreender o real como algo racional e que poderia ser alterado, agora conceberá esse mesmo real como a única possibilidade histórica da humanidade, trazendo um novo papel à razão. Coutinho (2010: 22), assim sintetiza:

Na época em que a burguesia era o porta-voz do progresso social, seus representantes ideológicos podiam considerar a realidade como um todo racional, cujo conhecimento e consequente domínio eram uma possibilidade aberta à razão humana [...] Ao tornar-se uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade; a razão é encarada com um ceticismo cada vez maior, ou renegada como instrumento do conhecimento ou limitada a esferas progressivamente menores ou menos significativas da realidade (Coutinho, 2010: 22).

O pensamento burguês decadente exige que a análise das relações sociais de produção e a história sejam separadas, pois juntá-las necessariamente significa que podem ser alteradas, assim sendo, há uma ruptura entre o conhecimento e a ação dos homens para intervir na realidade. Se no período revolucionário era permitido aos pensadores/ ideólogos burgueses compreender o real como totalidade concreta em constante mudança, ao tornar-se detentora do poder essa totalidade é fragmentada e não aparece mais no horizonte como passível de mudanças (COUTINHO, 2010).

Coutinho (2010) nos apresenta o trajeto construído por Hegel sobre o pensamento burguês através de seu sistema filosófico, donde busca apresentar o processo de apreensão do real, através da: 1. intuição, que está relacionada ao saber imediato; 2. a intelecção (entendimento) como uma forma operacional/ técnica da razão, ou melhor dizendo, o pilar instrumental do conhecimento; e 3. por fim, a razão dialética: a relação entre o universal e o singular. O pensamento burguês conservador se limita à intelecção, ou seja, não ultrapassa a razão analítica dos processos sociais, de forma a quantificá-los, classificá-los, um processo de negação da razão dialética, que manifesta claramente o caráter transitório da sociabilidade burguesa, como nos diz Netto (1994: 29) “à burguesia interessa reduzir a razão apenas à intelecção”. E essa forma de racionalidade diz que uma parte da realidade é cognoscível e outra não, e tudo o que não é possível conhecer também não pode ser indagado/ questionado, em outras palavras, esse é o processo de naturalização dos processos sociais.

Como nos é verificável, ao passo que fora na sociabilidade burguesa a constituição do que há de mais progressivo acerca da razão moderna - a possibilidade de questionar o real e o

considerar como um todo racional - e por sua própria razão de ser - a classe econômica e politicamente dominante -, o seu caráter revolucionário colide com seus objetivos posteriores em manter-se no poder. Nas palavras de Netto (1994: 32) “o desenvolvimento da razão moderna é congruente e colidente com a lógica burguesa”. No primeiro caso é indispensável porque desenvolve um modo desantropomorfizador de pensar a natureza; no segundo, porque está associada à duas implicações nucleares da razão moderna: o historicismo concreto e a dialética. Donde no limite podem conduzir a apreensão do caráter historicamente transitório e que podem por fim a ordem burguesa. Essa mesma ordem burguesa que propiciou a emergência da razão moderna, a partir de sua legitimação enquanto classe dominante acaba por incompatibilizar-se, e, assim permanecerá priorizando o uso da razão analítica (a inteligência) em detrimento da razão dialética (NETTO, 1994).

Esse movimento decadente do pensamento burguês deve ser entendido dentro do processo de ascensão da burguesia ao poder e no objetivo de manter-se nele. Afinal a burguesia institui realmente um regime de exploração sobre os trabalhadores e uma determinada forma de divisão social do trabalho, ao passo que produz conhecimentos ligados à realidade, necessita desfigurar outras dimensões da vida social, por isso o pensamento burguês não pode e não deve ser entendido como uma elaboração maliciosa dos ideólogos burgueses, mas sim como uma forma necessária que serve aos interesses do capitalismo Coutinho (2010: 39) melhor explicita essa relação:

É exatamente por se limitar à apreensão imediata da realidade, em vez de elaborar as categorias a partir de sua essência econômica, que o pensamento da decadência serve ideologicamente aos interesses da burguesia. Pois, ao assim proceder aceita a positividade capitalista, sujeitando-se aos limites espontaneamente impostos pela economia de mercado, que feticiza as relações humanas (COUTINHO, 2010: 39).

Exatamente sobre essas bases do capitalismo já consolidado que emerge no horizonte histórico a possibilidade de superação dessa ordem, pois a forma capitalista de divisão social do trabalho é essencialmente contraditória, pois na medida que a produção torna-se amplamente social em mesma proporção a apropriação é privada. E ao contrário do pensamento decadente, a ontologia marxiana vai apontar através da razão dialética que são os homens produzindo e reproduzindo-se que fazem a história sob determinadas circunstâncias legadas pela humanidade. Quando as classes sociais determinantes – a burguesia e o proletariado - manifestam-se em interesses antagônicos, tendo por marco a Primavera dos

Povos em 1848², que é possível construir a teoria social marxiana que supera os interesses da burguesia e aponta a necessidade para a construção da emancipação humana. (NETTO, 2011).

A teoria social marxiana mais que compreender/ interpretar a sociabilidade burguesa, aponta a necessidade de transformar a ordem de coisas existentes. Visto que o exercício em analisar e encontrar os fundamentos da realidade não estão além da realidade concreta, é preciso compreender a ligação entre as ideias e a realidade objetiva, pois são os homens em sua ação que garante sua existência na vida real (MARX, 2009). Tal constatação está estruturada na ontologia do ser social, que tem por fundamento o trabalho, e aqui nos cabe, ainda que em poucas palavras, apresentar a concepção marxista de trabalho: é o homem em relação com a natureza que produz os meios para a satisfação de suas necessidades, num processo de transformação da natureza e e sua própria transformação, e na medida que as satisfazem produzem novas necessidades (BARROCO, 2010).

O homem, diferente de outros animais, possui a capacidade teleológica, ou seja, é a capacidade de desenvolver atividades com um fim, ou que implica dizer: antes da objetivação do produto o homem já o tem idealizado. No entanto, as idealizações confrontam-se com as causalidades o que altera o resultado – um processo de autocriação - esse processo se amplia, o que faz com que os homens criem um refinamento nas formas de produção e reprodução material da vida, e constrói um complexo social: as ciências; a religião; os valores; a moral etc. Na medida que os homens desenvolvem novas formas de dominação da natureza, maiores são as suas possibilidades de escolhas, e nessa relação que reside a concepção de liberdade em Marx: a capacidade dos homens em fazer escolhas e, quanto mais os homens se afastam da satisfação das necessidades imediatas, maiores potencialidades terá sua capacidade criativa. (BARROCO, 2010).

No modo de produção capitalista o trabalho não possui o seu caráter emancipador, a forma capitalista de divisão social do trabalho cria um abismo entre àqueles que pensam e àqueles que executam, os trabalhadores não mais se reconhecem naquilo que produzem, as relações sociais manifestam-se através de relações entre coisas, isto é, um processo de reificação. A consequência séria e imediata desse processo é a ruptura entre práxis criadora e realidade social, pois o real aparece como imutável, inacessível aos homens, bastando apenas aceitar a sua forma existente (BARROCO, 2010).

2 Primavera dos Povos refere-se ao processo de revoluções ocorridas na Europa no ano de 1848, onde aparece no horizonte o sujeito histórico – o proletariado – em interesses antagônicos à burguesia, donde pauta a possibilidade de ruptura do modo de produção capitalista.

O processo de reificação impede que os homens se reconheçam como sujeitos históricos, e aqui tem-se algo que é muito caro à teoria revolucionária, a relação dialética entre aparência e essência. É de nossa sabedoria [ao adeptos da teoria marxiana] que a aparência e essência são dois momentos constitutivos do real, que é impossível apreender a totalidade concreta do real se abstendo de qualquer um desses momentos. Somente torna-se possível apreender o real em suas múltiplas determinações a partir da aparência, no entanto, permanecer nela é insuficiente, para tanto é necessário a existência de mediações para alcançar a essência, e se não temos as mediações que possamos desvelar essa realidade reificada, imediata, caótica que se manifesta no cotidiano, o máximo que se pode é a aceitação do que se vivencia (MARX, 2008).

A ontologia do ser social marxiana rompe com essa linearidade e com a propagação do fim da história, localiza no processo de trabalho emancipador/ criativo a compreensão de que são os homens se produzindo e reproduzindo que fazem a história, não em forma de vontades individuais mas sob as circunstâncias legadas pela humanidade (MARX, 2008). E mais: são as classes trabalhadoras em si e para si organizadas, que deverão pautar a necessidade de se construir uma nova sociabilidade sem classes - pela primeira vez na história a classe explorada pode se erguer e pôr fim à forma a qual permite explorá-la. Portanto, isso implica em dizer que se todo o existente fora produzido pelo homens, pode também ser alterado, e cai por terra de que o capitalismo é o limite em que se poderia alcançar.

1.2. Questão social: a relação entre capital e trabalho

O nosso exercício em apresentar no itens anteriores, mesmo que de forma sucinta, o capitalismo e suas fases, e como pensamento acompanha essas transformações, cumpre o papel de apreendermos que suas mudanças seguem o curso do seu principal objetivo: a valorização do valor. Ou seja, elas [as mudanças] não ocorrem a partir da decisão em uma reunião de uma cúpula capitalista, mas é a própria dinâmica do capital que o fez alcançar a sua fase superior, o imperialismo – como nos disse Lenin (2010). E seria um trajeto com pouco proveito se abordássemos o capitalismo e não tocássemos no papel fundamental que cumpre o Estado na relação entre os interesses das classes fundamentais – as classes trabalhadoras e burguesia -, em especial na era dos monopólios.

Como já assinalamos anteriormente, a idade moderna é caracterizada por profundas

transformações societárias, mudanças essas que não foram graduais e tão pouco lineares. Afinal, estava em disputa o domínio do poder econômico e político entre os estamentos feudais - o clero e a nobreza – e assunção ao poderio da burguesia que almejava ser sucessora do poder, processo esse que implicou em profundos confrontos alçados por revoluções em um longo período (NETTO; BRAZ, 2010).

A burguesia com o seu ideário propagado pela liberdade, igualdade e fraternidade até se consolidar como classe economicamente dominante cumpria um papel altamente revolucionário, havia todo um mundo a ser descoberto e interligado, e através do desenvolvimento das forças produtivas a travessia dos mares permitira a conexão entre os continentes, e, desde a primeira revolução industrial ocorrida no século XVIII até os dias atuais vem aumentando em proporções gigantescas o desenvolvimento da ciência e tecnologia, num processo de universalização e generalização das novas formas de produzir e reproduzir a vida.

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção – por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a condição primeira de existência de todas as anteriores classes industriais. A contínua subversão da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a permanente incerteza e a constante agitação distinguem a época da burguesia de todas as épocas precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com o seu cortejo de representações e concepções secularmente veneradas; todas as relações que as substituem envelhecem antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se dissolve no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são enfim obrigados a encarar, sem ilusões, a sua posição social e as suas relações recíprocas (MARX; ENGELS, 1998: 8)

É intrínseco ao capitalismo o desenvolvimento das forças produtivas a passos cada vez mais largos, a produção se torna amplamente social e na mesma proporção é apropriada privadamente, com isso surgem novos fenômenos que incidem sobre àqueles que possuem a força de trabalho a ser vendida como a única forma de manter-se apto a produzir e reproduzir-se minimamente. Esse fenômeno refere-se ao pauperismo, algo altamente novo, pois as massas encontravam-se famélicas, se nos modos de produção pré-capitalistas a escassez estava associada a ausência de produtos básicos à vida, que se originava pelo pouco desenvolvimento das forças produtivas, o contrário se dava nessa nova realidade que, dado o seu desenvolvimento tornou-se possível produzir bens em escala mundial e que poderia satisfazer as necessidades humanas por um longo período (NETTO, 2011).

A burguesia ao se consolidar no poder se limita em cumprir o seu ideário e encerra o ciclo

progressista, no anseio em se manter como classe dominante. Entretanto, as classes trabalhadoras não assistem passivamente essa condição pauperizadora e questionam sua situação de miséria absoluta, reivindicam melhores condições de vida, e passam a realizar diversas insurreições contra a tirania burguesa: desde o movimento ludista ocorrido entre os anos de 1811 a 1818, onde máquinas foram quebradas pelos trabalhadores, uma vez que as enxergavam como as suas inimigas, até 1848, na Primavera dos Povos, o ano divisor de águas marcado pelas explosões revolucionárias das classes trabalhadoras (NETTO; BRAZ: 2010). Foram cerca de oito meses de profundos enfrentamentos e os trabalhadores compreenderam que possuíam interesses antagônicos e se reconhecem além de classe em si – como trabalhadores –, pautam a superação dessa sociabilidade compreendendo-se enquanto classe para si, sendo esta possuidora da capacidade de superar a ordem vigente.

São os trabalhadores famélicos que se levantam contra essa ordem de coisas que o pauperismo passa assumir contornos políticos e que ficara denominado como “questão social”, ou seja, a intrínseca e em razão direta da acumulação de riqueza nas mãos de poucos que se produz a miséria da maioria da população, isto é, na relação contraditória entre capital e trabalho que encontra-se o cerne da “questão social” (NETTO, 2011).

Enquanto houver sociabilidade sob a égide do capital a “questão social” não poderá ser suprimida. Porém, o pensamento conservador ao referir-se a “questão social” a aborda em suas expressões: a fome, o desemprego, a falta de habitação etc. Dentro de um processo de naturalização das relações sociais, imprimindo-lhe no máximo reformas que visem amenizar essas expressões, uma vez que para essa corrente do pensamento, as formas de desigualdades são constituintes de todas e quaisquer ordem social (NETTO, 2011).

Esse caldo político produzido pelas lutas revolucionárias de 1848 também permitirá o surgimento do pensamento revolucionário e, a compreensão nítida das lutas de classes, capaz de construir uma teoria social que interesse às classes trabalhadoras. Juntamente com a designação do que é a “questão social” que o socialismo surge como uma possibilidade histórica e, que, necessariamente implica em organizar os trabalhadores na busca por compreender o capital como uma relação social que pode e deve ser superada – por assim dizer, emergirá a crítica da economia política (NETTO, 2011).

[...] através das lutas de 1848, de fato explicita-se, em todas as suas nuances, a “questão social” como resultante dos mecanismos de “exploração do trabalho pelo capital. Refiro-me não somente ao intenso processo de pauperização absoluta e relativa dos trabalhadores, à existência da abundante “superpopulação relativa”,

mas, sobretudo, à problematização desse quadro do ponto de vista político, tendo em vista seus fundamentos e apontando a necessidade de sua superação sob outra forma de organização produtiva [...] (SANTOS, 2012: 43).

No intuito de conter o levante revolucionário as forças repressoras agiram de forma sanguinolenta, o que impôs uma forte derrota às classes trabalhadoras. E, aqui cabe-nos ressaltar o importante papel que cumprira o Estado, Marx e Engels (2009) em *A ideologia alemã*, nos diz que o Estado surge para assegurar os interesses das classes dominantes, o representante por excelência dos interesses particulares da burguesia e aparenta como se fosse defensor de interesses universais. Na fase do capitalismo concorrencial o Estado tinha por função básica assegurar a propriedade privada dos meios de produção e o trato dado sobre as expressões da “questão social” era pontual, ocasional, assistemática, inconstante e recorria à repressão e opressão (NETTO, 2011).

Este é um elemento novo: no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores (NETTO, 2011: 26).

Anteriormente apontamos que o processo de rotação do capital pela sua própria razão de ser – a busca pela valorização do valor - deve constantemente ampliar a acumulação de capitais, o que implicara na concentração e centralização de capitais até a constituição dos monopólios e por assim continuar extrapolam as fronteiras nacionais e partilham entre si todo o globo. Essa corrida dos monopólios para o domínio em todo o mundo seria impensável sem a participação e a refuncionalização dos Estados-nações, tanto nos países desenvolvidos, como os países periféricos, donde os primeiros subordinam os segundos, numa confluência de interesses econômicos das associações capitalistas e de interesses políticos das grandes potências imperialistas (NETTO, 2011).

Na fase monopólica do capital as relações se complexificam exponencialmente e em razão direta altera-se também as formas em que se dará a contradição entre o capital e o trabalho, e aqui não podemos deixar de abordar o processo de ampliação das funções do Estado, pois na medida que deve assegurar as condições gerais de produção é forçado a corresponder as demandas sociais das classes trabalhadoras no intuito de mediar as contradições entre o capital e trabalho nos limites da ordem vigente. O Estado na era dos monopólios não perde o seu caráter de classe, porém, dado o avanço das lutas de classes o seu

caráter meramente repressivo não mais é suficiente, precisa agir de forma a consensuar e coesionar o todo social (NETTO, 2011).

De acordo com Montañó e Duriguetto (2011) o Estado sob a égide do capital monopolista amplia suas funções e passa a cumprir determinadas tarefas, vejamos algumas: 1) econômicas diretas: passa a atuar na economia como um capitalista, a exemplo: a) cria empresas estatais: departamento I: indústria de produção dos meios de produção; departamento II: indústrias de bens e consumo; b) passa a comprar empresas capitalistas que se encontram em dificuldades em continuar o processo de valorização do valor; c) o processo de privatização que nada mais é do que a entrega dos complexos industriais construídos com o fundo público aos capitais privados abaixo do seu valor. 2) funções econômicas indiretas: tem por características as ações do Estado repassando os capitais em ao menos três formas: a) passa a comprar mercadorias e serviços para valorizar os capitais, o que possibilita a realização da mais-valia; b) garante toda a infraestrutura para que os complexos industriais se instalem nos respectivos países; c) assegurar a manutenção e capacitação da força de trabalho e investir recursos em pesquisas e desenvolvimento tecnológico. 3) funções estratégicas: o planejamento que se viabiliza através dos planos e projetos prioritários nos diferentes governos e que, segundo o desenho dessas metas definem qual é o caminho para um possível e suposto crescimento da nação.

O Estado no capitalismo na era monopólica estreita cada vez mais suas funções políticas e econômicas, no entanto, jamais poderá deixar de mediar a relação simultaneamente com o trabalho, aqui atua de diversas formas: como mantenedor direto da força de trabalho ocupada e excedente através de políticas sociais; incentivador para manter certo nível de consumo, já que se trata de uma sociabilidade donde todas as dimensões da vida está submetida à lei do valor; e a manter essa força de trabalho sempre apta e disponível ao julgo dos projetos e interesses do capital (NETTO, 2011).

no capitalismo monopolista, a *preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, *é uma função estatal de primeira ordem*: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (NETTO, 2011: 26).

Para que a imbricação entre as funções econômicas e políticas do Estado tenham êxito em atender os interesses do capital, este precisa legitimar-se politicamente – aqui nos referimos à democracia em seus moldes burgueses - entre outros sujeitos sociopolíticos, e a forma em que

essa legitimação se dá é através da “generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que assegura o seu desempenho” (NETTO, 2011: 27). Essa confluência de funções econômicas, políticas e sociais do Estado, e principalmente esta última, se der a partir das lutas das classes trabalhadoras, e que, posteriormente se manifestam na conquista dos direitos civis, políticos e sociais, donde o Estado aparece como elemento que associa os interesses universais das classes sociais fundamentais, quando em essência tais interesses são antagônicos. Nessa relação do Estado como ente coesionador há elementos contraditórios, pois ainda que esteja subordinado aos interesses do capital monopolista, nos limites da democracia burguesa, este é obrigado a absorver demandas advindas dos trabalhadores, seja para manter a ordem sob a égide do capital, seja para transformar essas demandas atendidas em formas de valorização do valor (NETTO, 2011).

Nessa relação de interesses antagônicos entre as classes sociais na era monopólica, o Estado na busca de amenizar tais conflitos passa a agir de forma sistemática e contínua acerca das manifestações da “questão social”, através das políticas sociais. Nestas por sua vez, estarão impressas o conjunto de contradições que resultaram a sua composição, pois atenderá interesses tanto do capital como do trabalho, tendo o Estado como o seu provedor, na medida que sua principal incidência deve ser assegurar a força de trabalho ocupada e excedente, responde ao mesmo tempo as necessidades básicas das classes trabalhadoras e desonera o capital em manter àquilo que é a sua pedra de toque – a força de trabalho: a fonte da produção de valor. O que aqui queremos destacar, é que o cerne da “questão social” encontra-se na relação contraditória entre capital e trabalho, e a emergência das políticas sociais deve ser apreendida a partir do movimento do capital, das lutas de classes e das formas de intervenção do Estado sobre as expressões da “questão social” no capitalismo monopolístico. Somente sob essas circunstâncias que é possível o surgimento das políticas sociais (NETTO, 2011).

No entanto, a intervenção estatal através das políticas sociais sempre se darão de forma fragmentada, setorializada, pois no contrário, atuar sobre a totalidade da “questão social” remeteria em razão direta de sua existência na relação entre capital e trabalho. Tal ponderação é importante porque evita-se uma análise das políticas sociais de forma mecânica ao colocá-la entre dois extremos: 1. de que são instrumentos de dominação ideológica das classes dominantes sobre as classes trabalhadoras; e 2. por outro lado, são benefícios concedidas ao cidadãos, quando em realidade, estas são resultados de conflitos entre os interesses dos

trabalhadores e da burguesia, pois em nenhum momento da história a burguesia teve ou terá o interesse de ampliar os direitos das classes trabalhadoras senão for para maximizar os seus lucros (NETTO, 2011).

Até este ponto, nossa argumentação esforça-se por destacar a existência de mecanismos intrínsecos à ordem monopólica que fundam objetivamente as perspectivas que o Estado burguês próprio a ela explora no enfrentamento das refrações da “questão social” [...] (NETTO, 2011: 42).

Portanto, vale dizer que somente sob as condições sócio-histórica na era do capitalismo monopolista, somado às movimentações das classes sociais e a intervenção do Estado acerca das sequelas da “questão social” que surge o mercado de trabalho - a partir das políticas sociais – para a ação de agentes que irão desenvolver ações contínuas e sistemáticas sobre as expressões da “questão social”, e, aqui estamos nos referindo necessariamente a emersão do Serviço Social como profissão, cujo conteúdo adentraremos nas páginas posteriores.

1.3. O Serviço Social Tradicional

É com base nesse horizonte analítico - apontado nos itens anteriores - que pautaremos a emergência do Serviço Social: como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, na fase monopólica do capital. Iamamoto (1982) e Netto (2011), ambos pertencentes à perspectiva histórico-crítica³, afirmam que as profissões são construídas historicamente; elas surgem de práticas sociais que correspondem às necessidades sociais, e na medida que são atendidas essas necessidades tornam-se profissões, são institucionalizadas (NETTO, 2011). Concepção essa que se diferencia por completo do referencial teórico-metodológico acerca do surgimento da profissão, pensamento este que predominou no que denomina-se de Serviço Social tradicional, o qual perdurou no Brasil desde a segunda metade da década de 1930 até meados da década de 1960.

Embora a profissão possua suas particularidades nos países periféricos do capital, o referencial teórico-metodológico é o mesmo, aliás, chega ao Brasil através das escolas de Serviço Social da vertente franco-belga, com profunda influência da doutrina social da Igreja católica, tendo duas peças fundamentais: a *Rerum Novarum*, a encíclica de Leão XIII, em 1891; e a Quadragésimo ano do Pio XI, em 1931, em comemoração ao quadragésimo ano da

³ Sobre a perspectiva histórico-crítica abordaremos mais detalhadamente no capítulo 2 desse trabalho.

Rerum Novarum. No ano de 1932 é fundado o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS –, “considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil” (CARVALHO, 2011: 178). Nesse mesmo ano duas de suas fundadoras se deslocaram para Bélgica para estudar sobre a organização e ensino do Serviço Social, e durante tempos ambas foram referência para a formação técnica especializada na área. Posteriormente essa influência cederá lugar ao Serviço Social norte-americano, cujo o desenvolvimento do capitalismo predominou e a base de atuação dos profissionais se dava através da formação técnica a partir do *ethos* do trabalho, o que modificou por completo as bases do Serviço Social.

Com isso não supõe que foi através de cursos que o Serviço Social chegou ao Brasil, como já anunciamos acima, somente quando as condições sócio-históricas são dadas que a profissão emerge, e aqui não foi diferente. E a bibliografia existente – referimos especialmente a CARVALHO (in IAMAMOTO; CARVALHO, 2011) - nos aponta que fora no período de industrialização, cujo a venda da força de trabalho se torna predominante que as sequelas da “questão social” se acentua, somado as lutas e formas organizativas dos trabalhadores que o Estado passa intervir sobre as expressões da “questão social” valendo-se de métodos coesivos e não somente coercitivos e repressivos.

Como o objeto de estudo desse trabalho são as concepções teórico-metodológicas, e nesse tópico trataremos do Serviço Social tradicional, nas linhas abaixo buscaremos melhor explicitá-la.

A forma de compreensão endógena, que é histórica na profissão, não é acidental, mas está associada diretamente ao mirante analítico e à concepção de mundo dos profissionais que a constituem. Isto é, existem àqueles que se identificam ao pensamento conservador e fazem uma leitura endógena, a-histórica sobre a emergência do Serviço Social; e àqueles que se identificam ao pensamento crítico e a historiciza. Se nossa afirmação se limitar somente a isso, corremos o risco de sermos simplista na análise da profissão, quando na realidade de nada tem de simples, ao contrário, esta emerge dentro de um determinado período histórico, cujo as relações sociais tornam-se amplamente complexas.

Ponderamos que além de fazer parte de uma determinada concepção de mundo, de fato faz-se necessário apontar o porque e como esses pensadores⁴ acabam por identificar uma tal relação de continuidade entre as protoformas e o Serviço Social como profissão. Netto (2011)

4 O que envolve pensadores claramente conservadores e até mesmo o que ficara denominado como os marxistas enviesados.

aponta que há uma efetiva continuidade entre o Serviço Social e as suas protoformas que estão nos marcos do surgir da ordem burguesa, imbricadas às refrações da “questão social”. Ou seja, o autor está localizando as relações sócio-históricas determinantes ao surgimento da profissão, diferenciando-a de formas caritativas, filantrópicas, benemerentes etc. E assim descreve sobre essa relação de continuidade:

esta relação é inegável [...] de um lado, compreende um universo ideopolítico e teórico-cultural, que se apresenta no pensamento conservador; de outro, envolve modalidades de intervenção características do caritativismo – ambos os veios cobrindo igualmente a assistência “organizada” e o Serviço Social. Sobretudo, a relação de continuidade adquire uma visibilidade muito grande porque há uma instituição que desempenha papel crucial nos dois âmbitos – a Igreja católica (NETTO, 2011: 70).

Netto (2011) afirma ser decisiva para a emergência do Serviço Social, a relação de ruptura que se opera com as suas protoformas. E essa ruptura se manifesta determinante na medida que os agentes são impelidos a seguir determinados procedimentos requeridos pelas instituições contratantes, que decididamente ultrapassava as vontades particulares. Isto é, esses agentes inserem-se no mercado de trabalho sob o regime de assalariamento, ou seja, passam a vender a força de trabalho como forma de manter sua produção e reprodução material da vida. Para melhor explicitar: o Serviço Social pôde surgir somente nos marcos do desenvolvimento do capitalismo monopolista, emerge a partir da necessidade em que o Estado tem em tratar as expressões da “questão social” de forma sistemática e contínua através das políticas sociais, sem prescindir das formas coercitivas e repressivas.

A profissão surge pautada pelos interesses do capital para atender as demandas das classes dominadas (In: IAMAMOTO; IAMAMOTO; CARVAHO, 2011). Por um lado, as condições sócio-históricas põem no horizonte o surgimento das classes trabalhadoras se reconhecerem como classe para si, como sujeitos históricos questionadores da sociabilidade burguesa, por outro, o pensamento conservador busca desistoricizar quaisquer possibilidades de erosão do capital. Esse duplo movimento fundamenta o Serviço Social como a profissão que emerge para atuar sobre as expressões da “questão social” tratadas como problemas sociais que atingem indivíduos que precisam ser “reinseridos” socialmente, isto é, as refrações da “questão social” são vistas como patologias sociais. Não se trata de um pensamento laudatório ao capitalismo monopolista aliás, antecede esse período, mas da forma de pensar o social nos moldes burgueses, ou seja, o positivismo - que nas palavras de Netto (2011: 43):

“[...] antes de ser uma “escola” sociológica, é a auto-expressão ideal do ser social burguês”.

O positivismo ao naturalizar o social obsta a possibilidade de transformações sociais, o que é permeado somente por reformas no seio dessa sociabilidade, pois de acordo com esse pensamento, as veredas são tendenciais ao progresso sem haver a necessidade de rupturas radicais. E, além de perpetuar essa sociabilidade, retira do horizonte dos sujeitos sociais reunirem condições políticas e intelectivas para pautarem seus respectivos projetos sociais, aponta o capitalismo como a única possibilidade histórica, e impele a todos a consentir essa tradição teórica e cultural que, posteriormente torna-se o contributo ideal ao Estado burguês nos marcos monopólico, na busca por minimizar os conflitos entre as classes sociais determinantes, donde aparentemente há uma relação harmoniosa entre o capital e trabalho.

O ser social nesse processo de naturalização da sociedade “precisa” adquirir contornos específicos e correspondentes, compete aos indivíduos a responsabilidade social e final pelas situações/ problemas sociais em que se envolvem. Na medida em que o Estado na fase monopólica é chamado a intervir sistemática e continuamente nas refrações da “questão social”, a partir do enfrentamento como ação pública, rompe como o genuíno traço liberal da responsabilidade ser do indivíduo, donde o desenvolvimento das políticas sociais é a maior expressão. Mas ao mesmo tempo o mantém, pois é posto ao indivíduo a continuidade em permanecer na situação social problemática em que se encontra, uma vez que, supostamente, o Estado lhe dá oportunidades em sair através das políticas sociais. Dessa forma o trato das sequelas da “questão social”, tido como problemas sociais movimenta-se entre o âmbito público e o privado.

[...] nas condições da idade do monopólio, o caráter público do enfrentamento das refrações da “questão social” incorpora o substrato individualista da tradição liberal, *ressituando-o* como elemento subsidiário no trato das sequelas da vida social burguesa [...] Na verdade, o que se passa é que a incorporação do caráter público da “questão social” vem acompanhada de um reforço da aparência da natureza privada das suas manifestações individuais (NETTO, 2011: 35-36).

A bibliografia existente aponta que Durkheim foi o pensador que produziu a base dessa individualização das relações sociais, e que, posteriormente sofrerá alterações e profundos refinamentos, mas que servirá para as elaborações para intervir sobre as expressões da “questão social. Esse pensador quem matizou o que é caro ao pensamento conservador ainda em nossos dias: a questão da coesão social, um processo de disciplinamento, ajustamento do indivíduo à forma societária. E assim Netto (2011: 48) afirma acerca da produção teórica de

Durkheim: “De fato o nervo da reflexão durkheimiana pode corretamente ser localizado na questão do *controle social*”. Para Durkheim a forma para assegurar a coesão social entre os indivíduos e Estado será mediada politicamente por grupos profissionais.

[...] o pensamento durkheimiano é uma inflexão laica: a intervenção que sugere é parametrada pela consideração “científica da moral e dirigida para incidir no terreno da interação entre grupos secundários (profissionais) e estrutura política inclusiva (Estado), com o “público” recebendo uma entificação ética própria [...] a elaboração teórica soluciona a objetividade dos conflitos pela via da construção de mecanismos de controle social, que os reconhecem (os conflitos) como tais, propondo um *tertium datur*: a intervenção sobre eles com o erguimento de normas coesivas que liguem organicamente “público” e o “privado” - donde a qualificação positiva da *ação social* (NETTO, 2011: 49).

Netto (2011) nos chama a atenção que não é o positivismo de Durkheim que levará em razão direta a forma em que o Estado irá haver sobre as expressões da “questão social” na fase do capitalismo monopolista, mas é o caldo teórico e cultural que a fundamentará.

O processo de individualização das relações sociais atende interesses econômicos, sociais e políticos do capital em sua fase madura e consolidada (NETTO, 2011). De acordo com essa forma conservadora de pensar o social, a abordagem acerca das manifestações da “questão social” deve ser possuidora de traços públicos, cujo ente responsável é o Estado e o traço privado de responsabilização social e final circunscrito ao indivíduo, numa confluência de estratégias que objetivam manter a ordem, e por outra, a existência de instituições que prestam serviços sociais sobre os “desajustados” dessa sociabilidade.

[...] à *individualização dos problemas sociais* é um processo que enlaça, como se verifica, componentes teórico-culturais e tendências econômico-sociais próprias da gestação e consolidação da ordem monopólica. Fornecendo tanto referências ideais quanto instrumentos operativos para implementar sob as óticas “pública” e “privada” a intervenção sobre as refrações da “questão social” [...] (NETTO, 2011: 50).

Esse caldo teórico e cultural continuado e refinado pelas ciências sociais permitirá a elaboração das políticas sociais como forma específica e sistemática de intervenção sobre as sequelas da “questão social”, somada aos interesses econômicos, políticos e sociais do capitalismo maduro e consolidado que podemos entender a fundo a emersão do Serviço Social e sua ligação ao pensamento conservador, dando origem ao que denomina-se de Serviço Social tradicional, e assim definido por Netto (2005: 6):

[...] “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parametrada “por uma ética liberal-burguesa” e cuja teleologia “consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável (NETTO, 2005: 6).

Para o pensamento conservador o indivíduo está sempre em confronto com o mundo, não cabendo a este fazer qualquer tipo de questionamento da ordem vigente, pois existe o que é cognoscível ao homem e o que não o é, e sobretudo esse último não poderá ser questionado e tão pouco alterado, retira todo o caráter histórico do real, logo, os indivíduos deverão aceitar e se adequar essa realidade aparentemente dada. E aqui cabe-nos dizer que essa forma de conceber o mundo está associada à razão formal-abstrata, donde encontra o suporte na percepção, alcançando no máximo à inteligência, ou seja, não ultrapassa a razão analítica dos processos sociais, tendo como procedimentos a distinção, classificação e quantificação dos processos sociais, uma vez que à razão analítica foge a possibilidade da processualidade, a contraditoriedade e transitoriedade dessa sociabilidade (NETTO, 1994: 29).

E aqui torna-se possível alcançar a racionalidade posta ao Serviço Social tradicional parametrizado pela razão formal-abstrata. Basta recorrer aos métodos de caso, grupo e comunidade, embora cada um com suas particularidades, o objetivo não era conhecer a realidade, mas em dar respostas às situações/ problemas vividas pelos indivíduos. Como podemos localizar no seguinte exemplo dos procedimentos: realização de entrevistas sobre a vida do indivíduo, evolução para diagnósticos e encaminhamento para o respectivo tratamento – a distinção, descrição e classificação dos processos sociais que envolvem os sujeitos.

Nesse processo a consciência faz uma abstração simplificada, pois para afirmar algo sobre o sujeito precisa negar o que não o é, uma vinculação do uno (o objeto) ao universal, e nesse processo a contradição manifesta-se apenas em sua positividade, entretanto, não há o exercício de crítica aos conteúdos recebidos nos procedimentos de análises, o que resulta apenas na decomposição e posteriormente na recomposição das partes que somadas formam o universal. Ao limitar o uso da razão ao nível do entendimento, reserva aos sujeitos apenas a manipulações do existente, retirando a possibilidade de fazer o uso crítico da razão.

A lógica do evoluir do capitalismo demanda um conhecimento desantropomorfizador da natureza [...] é imperativo um *comportamento instrumental*: a lógica do desenvolvimento capitalista implica uma atitude *manipuladora* em face da natureza, que reclama precisamente o conjunto de procedimentos próprios à inteligência – a ação (social) exigida por aquela lógica

demanda quantificação, a calculabilidade, a formalização. A razão analítica é, pois, o *organon* privilegiado da relação entre sujeito e objeto: é o *cálculo racional* que parametriza a intervenção do primeiro sobre o segundo [...] responde ainda, pela *extensão da racionalidade analítica ao domínio das relações sociais* [...] Essa tendência – necessária, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista – não é residual ou epifenômico na ordem burguesa. Antes, é um componente sócio-objetivo que condiciona, com ponderação diferenciada segundo estágio de desenvolvimento do capitalismo e as conjunturas políticas, a elaboração teórico-filosóficas (NETTO, 1994: 31-32).

Na medida que estamos nos esforçando em demonstrar mais didaticamente como a razão formal-abstrata direciona os profissionais do Serviço Social em ações tradicionais, nem de longe se quer depreciar essa racionalidade. Como apontamos acima, essa forma de conceber o mundo acaba por perpetuar o existente e busca adaptar os indivíduos a aceitá-la, mas não raramente nos escritos dessa vertente encontramos alguns pensadores que reivindicam estudar o Serviço Social dentro dos processos históricos, no entanto, não expressam a história em sua totalidade, processualidade e contraditoriedade, apenas relatam os períodos em um sucedâneo e linearidade de acontecimentos que resultam sempre em fatos, como podemos observar em Vieira (1989: 13-14):

O Serviço Social, como instituição, emergiu e se desenvolveu como fato das civilizações onde viveu; com este ou outro nome, existiu desde que os homens apareceram sobre a Terra. Admitindo ser o Serviço Social – ajuda ou auxílio aos outros – um fato social, isto é, “um modo de fazer constante e geral na amplitude de uma determinada sociedade, embora tenha uma existência própria independente das manifestações, define-se por sua generalidade, por exterioridade, em relação às consciências individuais [...] História é vida, tem passado, presente e futuro; são fatos que se sucedem. O Serviço Social, como fato social em evolução sucessiva no decorrer dos tempos, é passível de observação [...] Devemos, portanto, ver o fato social – “ajuda aos outros” – dentro das diferentes épocas em que é encontrado e em relação ao contexto social em que opera. Poderemos, assim, compreender o presente através do passado e reconstituir o passado a partir do que sabemos do presente (Vieira, 1989: 13-14).

Essa racionalidade que acompanhara o Serviço Social tradicional no país desde meados da década de 1930 a meados da década de 1960. Netto (2011) nos diz sobre a profissão:

Até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica (NETTO, 2011: 128).

E aqui é de nosso comprometimento com uma análise rigorosa e séria, elaborada por

Iamamoto (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011), que temos de destacar, que, embora o Serviço Social tenha sido capturado por interesses conservadores, orientados principalmente pela Igreja católica, essa relação fora sempre permeada por tensões, seja pelos sujeitos históricos envolvidos – burguesia e trabalhadores – seja pelo reformismo burguês onde o lema é reformar para manter. Isso porque soma-se que o terreno de atuação dos profissionais do Serviço Social – as políticas sociais – também são espaços de contradições, pois na medida que asseguram alguns direitos básicos à reprodução material da vida – leia-se: como forma de assegurar a manutenção da força de trabalho -, também são formas coesivas e mantenedoras da ordem, e, ao mesmo tempo devem ser entendidas como formas dos trabalhadores acessarem os direitos sociais conquistados historicamente.

A profissão ao ser convocada pelas classes dominantes para atender as demandas das classes dominadas, aparece no horizonte da intervenção profissional a possibilidade de fazer escolhas acerca do posicionamento político, ou seja, o assistente social poderá direcionar suas ações tanto para fortalecer o trabalho quanto ao capital (IAMAMOTO in IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). Obviamente não depende em maior parte do posicionamento do profissional, outros elementos contribuem: a correlação de forças das classes fundamentais; usufruir da dimensão investigativa da profissão, o que permite uma maior margem de movimentação em torno de suas ações etc. Assim, não resta dúvidas de que as profissões, assim como outros espaços da vida social, são permeadas pelas lutas de classes, portanto, fruto de intensas disputas. Tensões essas que empurraram a profissão para as veredas da laicização, propiciando o surgimento de uma caldo político e cultural crítico que culminará no processo de Renovação do Serviço Social.

Capítulo 2: O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro

Nesse capítulo abordaremos o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, a partir dos elementos sócio-históricos alavancados pelo autocracia burguesa instaurada com o golpe civil-militar em 1964, e quais os rebatimentos na profissão. Também destacaremos as bases da renovação ao considerar a crise econômica e política do padrão burguês de sociabilidade em fins da década de 1960 e segue nos anos de 1970 e como essa crise se manifesta através da organização política das classes trabalhadoras e do movimento estudantil.

Por fim abordaremos as alterações e implicações no Serviço Social, que inicia com o movimento de reconceituação na América Latina e no Brasil se dá através do processo de renovação de meados de 1965 a meados de 1985, como anuncia Netto (2011), e também esse mesmo autor nos apresenta as direções ideopolíticas e teórico-metodológicas desse processo.

2.1. O contexto brasileiro

Ocorria no Brasil, desde meados dos anos de 1950 até as vésperas do golpe civil-militar em 1964, diversas lutas populares com caráter classista que demarcava uma crise de hegemonia da burguesia nacional, alcançando os campos econômicos, políticos e sociais. Tais lutas não levariam o ocaso do capitalismo, Netto (2011), analisa que este não era um período pré-revolucionário, e, ao mesmo tempo, o governo de João Goulart – o Jango - não era comunista, socialista ou algo que pudesse aproximá-lo dessas perspectivas societárias, era apenas um continuador do governo Vargas, podendo ser analisado como um democrata com características populares. O que estava posto era a possibilidade do Brasil de reverter o fio condutor da formação social do país, que excluía as massas populares nas tomadas de decisões e essas pautavam sua participação e o golpe ocorrido em 1964 significou a derrota dessa alternativa ascendente.

Tais movimentações de contestação ao capital ocorreram no mundo todo, e, é claro, alcançou a América Latina. Como forma de conter essas lutas com caráter claramente anti-imperialista e anticapitalista, as ditaduras foram um meio contrarrevolucionário, que, a partir da década de 1960 orquestrados pelos Estados Unidos da América – EUA – os países latino americanos passam a sofrer um conjunto de golpes militares sobre o discurso de garantir a política de segurança nacional (IANNI, 1984). Outro fator que se soma à ofensiva

imperialista, são as experiências socialistas: as revoluções Russa e a composição do bloco soviético a partir de 1917; a chinesa em 1949; a cubana em 1959 etc., apontava-se no horizonte das classes trabalhadoras uma alternativa societária ao capital.

O golpe de 1964 descortinou uma via de desenvolvimento que incorporava o Brasil aos interesses do capital internacional, a industrialização pesada alterou o esquema de acumulação do capital no Brasil, o que levou a um aceleração da produção em bens de consumo e bens de produção, demandando maiores financiamentos, constituindo assim o tripé da economia brasileira: o capital internacional, o capital nativo e a refuncionalização do Estado a serviço do grande capital (IANNI, 1981). O desenvolvimento do capitalismo no Brasil não seguiu as formas clássicas das revoluções burguesas - donde as massas se protagonizaram - nos apontando as particularidades da nossa formação social, política e econômica com as seguintes características: desenvolvimento econômico associado e depende ao grande capital; exclusão permanente das classes subalternas das instâncias de decisão; e o Estado assume a mediação da relação do capital e das forças sociais, se tornando o instrumento genuíno de dominação à prussiana. (IANNI, 1981)

[...] sempre que há um avanço político de forças populares (operários, camponeses, camponeses-operários, setores médios, urbanos e outras), as classes dominantes, mesmo débeis, juntam as suas forças para garantir e fortalecer o Estado burguês. Em todas as ocasiões de grandes ascensos político popular, quando o Estado esteve ameaçado, as classes e frações de classes agrárias, comerciais, bancárias e industriais, nacionais e estrangeiras, buscaram criar ou refazer os blocos de poder de modo a garantir e fortalecer o aparelho estatal [...] (IANNI, 1981: 40).

Ao longo do ciclo autocrático burguês (FERNANDES, 1975) potencializou-se a subordinação do trabalho ao capital – que, nas palavras de IANNI (1981: 07) “levou ao arrocho salarial, à intervenção nos sindicatos operários e camponeses, à prisão e tortura de líderes operários e camponeses, ao aumento brutal da taxa de exploração dos assalariados da indústria e da agricultura”. O planejamento desenvolvido nos primeiros anos pelo Estado ditatorial que tinha como lema “segurança e desenvolvimento”, objetivava reestabilizar a economia contendo a inflação que acometia o país, almejando um suposto equilíbrio dos preços, ao passo que aumentara o incentivo à entrada do capital internacional e ampliando alianças com governos imperialistas.

Nos primeiros planos e diretrizes do governo em 1967 fora desenhada a atuação estatal para assegurar o desenvolvimento econômico com incentivo à empresa nacional e estrangeira;

garantir ao setor privado condições de acessar e/ ou gerar recursos necessário para a expansão; manter o desenvolvimento social e garantir a infraestrutura para a expansão das atividades econômicas; realizando reformas políticas para alcançar tais planos (IANNI,1981). Desde então todas as linhas políticas desenvolvidas pelo Estado foram direcionadas para atender os interesses da acumulação de capitais.

Foram elaborados três Planos Nacional de Desenvolvimento, sendo o I entre os anos de 1972-1974; o II de 1975-1979; e o III de 1980-1985, donde todos asseguravam condições políticas, econômicas e sociais para a acumulação monopolista e de forma gradual alcançara diversas áreas: “energia, agricultura e abastecimento, transporte, indústria, desenvolvimento regional e urbano, planejamento familiar, meio ambiente, ciência e tecnologia, educação e cultura etc” (IANNI, 1981: 15).

O regime autocrático valera-se de duas formas na tentativa de legitimação: o uso sistemático da violência e a implementação de certas medidas sociais. E aqui destacamos o papel das políticas sociais, uma vez que compuseram parte dos elementos fundamentais para manter a legitimidade do regime autocrático burguês, pois na medida que ampliavam os direitos sociais em detrimento restringia-se os direitos civis e políticos (NETTO, 2011). Aureliano e Draibe (1989: 141) nos diz que: “[...] com as características autoritárias e tecnocráticas do regime que se instalou em 1964 [...] define-se o núcleo duro de intervenção social do Estado”. Operacionalizara-se uma transformação profunda nas formas institucionais, bem como o aporte financeiro do sistema de política social, fora nesse período organizados os sistemas nacionais públicos nas áreas da educação, saúde, assistência social, previdência e habitação e, medidas foram tomadas para que se alcance para os trabalhadores das áreas rurais (AURELIANO; DRAIBE, 1989).

Netto (2011) aponta a autocracia burguesa em três momentos: de 1964 a 1968, donde o regime ditatorial obteve grandes dificuldades em ser reconhecido e aceito pela população, em particular junto às forças progressistas. Embora tais dificuldades manifestaram-se em muitas frentes, o autor destaca duas principais: o sistema político-institucional, que sofrera resistência das forças populares que adivinham dos acontecimentos antes do golpe, impedindo o reconhecimento da nova ordem; e as forças armadas comprometidas na defesa de interesses econômicos/ financeiros que não abrangeria a todos que compunham as bases do pacto contrarrevolucionário, e que aos poucos demonstrara suas fraquezas e falta de unidade, emergindo partidos com diferentes interesses. A conjugação de tais dificuldades em pouco

tempo manifestara-se na insatisfação popular e levara basicamente o movimento operário e sindical e o movimento estudantil composto pela pequena burguesia urbana à ações de contestação e que ganhara corpo nas ruas do país. Dessa forma seguiu-se até o Ato Institucional nº 5, o AI5, instituído em dezembro de 1968, donde abriu o período fascistizante do regime instaurado desde então. E aqui caracteriza-se o segundo momento que vai de dezembro de 1968 a 1974, carregado pelo que poderia haver de mais reacionário da aliança contrarrevolucionária, somado aos interesses monopolistas nacional e internacional o Estado fora refuncionalizado econômica e politicamente à serviço do projeto modernizador, e como diz Netto (2011: 39): “Esta adequação integra o aparato dos monopólios ao aparato estatal”. Foi durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) que propagou-se o ideário imperialista do “milagre brasileiro”, e este a custo do sacrifício do proletariado e da população do campo, ao passo que sustentava a política do anticomunismo com grande estímulo à tortura, repressão, censura, ficando marcado esse período como o mais repressivo de todo o ciclo autocrático burguês (IANNI, 1981).

O ano de 1974 iniciara os momentos últimos do ciclo autocrático burguês, principalmente pelo fim do dito “milagre brasileiro”, ocasionando uma grande crise econômica, instabilidade política e em fins dos anos de 1970 muitas mobilizações populares passaram a ocorrer e para que o bloco dominante à serviço dos monopólios permanecessem no poder, o núcleo militar ditatorial desenvolvera diversas estratégias, dentre as principais estão: submeter as forças militares a um poder centralizado e incontestável; e conter as forças políticas questionadoras do regime decadente que poderia ganhar corpo às ruas e impossibilitar que a transição lenta e gradual. Para que o processo de autorreforma fosse conduzido sem instabilidade era preciso trazer setores sociais que o apoiassem, que, somando com as tentativas frustradas em conter as forças progressistas, o regime autocrático em fins de 1979 viu-se em posição defensiva frente as lutas operárias – principalmente no ABC paulista – e que prolongou-se até a abertura política do país em 1985 (NETTO, 2011).

O que o governo Figueiredo demarcou, claramente – e de modo inédito, no bojo dos instantes finais do ciclo autocrático -, foi a incapacidade de a ditadura *reproduzir-se como tal*: em face do acúmulo de forças de resistência democrática e da ampla vitalização do movimento popular (devida, decisivamente, ao reingresso aberto da classe operária urbana na cena política), a já estreita base de sustentação da ditadura experimentou um rápido processo de erosão que a compeliu a empreender negociações a partir de uma *posição política defensiva* (NETTO, 2011: 34-35).

O regime autocrático foi a restauração do poder burguês pela força, demonstrando o caráter da burguesia nativa antidemocrática e antinacional, e muito embora o lema deste período fosse desenvolvimento com segurança, nenhum dos problemas estruturais do Brasil - e aqui nos referimos principalmente à reforma agrária e urbana - foram resolvidos, ao contrário, proporcionou um ambiente favorável para a concentração e centralização de capitais.

Esse período produziu profundas mudanças no Serviço Social, tendo em sua máxima expressão a renovação profissional, donde Netto (2011) apresenta como as bases desse processo a influência dos movimentos sociais, do movimento de reconceituação na América Latina, e a interlocução com as ciências sociais.

2.2. As bases do processo de renovação

O movimento de renovação do Serviço Social brasileiro fizera parte de um fenômeno internacional, que deve ser analisado como um conjunto de acontecimentos deflagrados pela a enunciação da crise do capitalismo tardio (fins dos anos 1960), e, aqui nos referimos ao que Mandel (1982) em seu trabalho teórico-político, ao analisar a sociabilidade burguesa nos apresenta sobre o capital em seus dois momentos e movimentos: a onda longa de expansão, período esse de superacumulação de capitais, também conhecido como os trinta anos gloriosos, ocorrido no pós Segunda Guerra Mundial até por volta de meados dos anos de 1970; e, a onda longa de estagnação, pois o capitalismo a partir de fins da década de 1960 começa a dar sinais de esgotamento, cuja maior manifestação fora a crise do petróleo, em 1973, e desde então tem ocorrido sucessivas crises e sem retomar o processo de crescimento, daí o porque do processo de estagnação. O autor parte do entendimento de que sob o comando do capital jamais existirá produção sem perturbações, ou seja, não configura-se tendências de equilíbrio para o capital.

Junto à crise econômica e política somou-se à crise do padrão de sociabilidade burguesa, isso porque a cada crise produz-se consequências destruidoras para as condições de vida da maioria da população no fim desse mesmo século, com manifestações desde as lutas por libertação nacional até o surgimento de novos sujeitos sociais: as mulheres, os negros, o movimento estudantil etc. Período este caracterizado pela ofensiva do trabalho ao capital, que por sua vez possibilita a ascensão favorável dos estudantes, os operários – recordemos as lutas

de maio de 1968.

Por outro lado não podemos nos furtar de trazer, mesmo que sucintamente, a influência do movimento de reconceituação do Serviço Social ocorrido na América Latina entre os anos de 1965 a 1975 e que rebate sobre a profissão no Brasil. Sem considerar esse conjunto de elementos corre-se o risco de abordarmos a trajetória profissional a partir de um sucedâneo de acontecimentos, quando se trata de rupturas e continuidades que a redirecionam completamente (NETTO, 2011).

A reconceituação constitui-se como parte fundamental do processo de crítica ao tradicionalismo da profissão, com relação direta com as lutas anti-imperialistas e por libertação nacional e na prerrogativa profissional em superar o subdesenvolvimento a partir das particularidades dos países latino-americanos, e isso deu-se através de processos de questionamento do Serviço Social, sobretudo nas formas consagradas de intervenção sobre as expressões da “questão social”. Formou-se então o que Netto (2005: 11) denominou de: “grande união [...] de assistentes sociais convencidos da necessidade de contribuir profissionalmente para as *mudanças sociais* requeridas para superar o quadro de subdesenvolvimento vincularam-se na luta contra o “Serviço Social tradicional”.

Entre os anos de 1971 e 1972 essa grande união se divide em dois grupos: àqueles que questionavam as antigas formas de atuação do Serviço Social, na busca por modernizá-lo de acordo com as novas requisições do projeto desenvolvimentista – o *aggiornamento*; e outro segmento composto por profissionais jovens e críticos e que objetivavam a ruptura com o passado profissional e defendiam a aproximação da profissão com projetos que rompessem com as sociedades fundamentadas na exploração e dominação (NETTO, 2005). Porém essa cisão pouco pudera se ampliar na América Latina devido aos sucessivos golpes ocorridos ao longo dos anos de 1960 e 1970, o que promovera um total esvaziamento do segmento crítico, com o uso de formas repressivas, o exílio, à clandestinidade. Esse período fora denominado por Netto (2005: 13) de: “como capítulo inconcluso do movimento de reconceituação”.

Ainda que inconcluso, a reconceituação trouxera conquistas ao Serviço Social, vejamos: a constituição de uma concepção pautada pela unidade latino-americana, e negação das instituições confessionais e a manter-se tutelados às organizações estadunidenses; a explicitação da dimensão política, renegando qualquer assepsia ideológica defendida pelos profissionais conservadores; a construção sobre uma base crítica com as ciências sociais, e deixara de ser um mero receptor das teorias advindas dos Estados Unidos, o que possibilitara

a aproximação, inclusive, da tradição marxista e outras fontes do pensamento; e a instauração do pluralismo, o que permitira uma verdadeira diversidade de concepções em todas as dimensões da profissão. (NETTO, 2005).

Netto (2005) também nos aponta os limites: o ativismo político, o que causou uma certa confusão entre profissão e militância; recusa às teorias não latinoamericanas – em especial as norteamericanas -, uma espécie de “intelectualismo autoctónes” (NETTO, 2005: 13); o confucionismo ideológico etc.

O golpe de 1964 redirecionou por completo o Serviço Social no Brasil e impossibilitou o desenvolvimento de vetores críticos ao processo de renovação – salvo a experiência de Belo Horizonte⁵ – sob a influência do movimento de reconceitualização latino-americano, empurrando de imediato a profissão ao projeto modernizador recém empreendido.

Evidencia-se, assim, que a renovação do Serviço Social que se processa no marco da autocracia burguesa mantém uma relação complexa com o quadro anterior da profissão: erguendo-se sobre o colapso da legitimação das formas profissionais “tradicionais”, resgata alguns de seus núcleos tanto quanto bloqueia alternativas de desenvolvimento que estavam embutidas naquele colapso – ao mesmo tempo em que dinamiza, sobre novo piso, outras tendências emergentes no processo da crise que se converteu em dado explícito [...]. Ela [*a aristocracia burguesa*] golpeia os suportes sociopolíticos das tendências profissionais críticas e mais avançadas na imediata decorrência do 1º de abril (NETTO, 2011: 141).

O ambiente de contestação e negação da sociabilidade burguesa no país no pré-1964 trilhava por caminhos que apontavam para a produção cultural nacional e popular, protagonizada pelas massas, o que rompia com a característica excludente da formação social brasileira, e era de fundamental importância ao projeto golpista conter essas manifestações que visava superar a tara elitista da cultura brasileira, e no imediato valeram-se assiduamente de formas repressivas para dispersar e impossibilitar quaisquer formas de expressão dos movimentos sociais urbanos e camponeses. Contudo, fora insuficiente recorrer somente à violência para assegurar o controle da vida cultural do país, havia que se manter, e, em sua máxima expressão, revigorou as piores tradições da cultura brasileira, que se dera através do investimento na criação de coligações culturais que respondia congruentemente às suas condições sócio-históricas recém empreendidas no processo de modernização conservadora. (NETTO, 2011).

Tal intento somente poderia ser exitoso na medida que reprimisse todas as manifestações

⁵ Trataremos melhor sobre o Método de Belo Horizonte ou Método de BH no ponto 2.3.3 – Intenção de ruptura desse trabalho.

que poderia superar essa tara elitista, ao passo que era imprescindível incutir e promover frentes culturais consoantes à autocracia burguesa, e, fora em torno dessas duas variantes que a política cultural da ditadura implementou-se diferencialmente, onde o Estado destacou-se como o principal instrumento indutor e executor, e a cultura passara a compor o conjunto das políticas sociais. Nos alerta Netto (2011: 46) ainda que “a intervenção do Estado [...] na produção cultural é indireta [...] salvo em situações tão pontuais e episódicas que não merecem relevo, o Estado não produz cultura [...] sendo prerrogativa pertinente de protagonistas que se movem no espaço da sociedade civil”.

Sabe-se que o mundo da cultura assim como o do trabalho é perfeitamente enquadrável, porém, o custo de legitimação no primeiro caso é mais acentuado, pois na sequência do abril de 1964, houvera um longo processo de resistência das frentes culturais críticas, o que dificultara a ditadura em assegurar a sua legitimação política e social, e na impossibilidade em eliminar por completo as forças progressivas, buscou um movimento de isolamento com a produção do espaço de uma contracultura e por outro lado, uma defesa irracionalista da cultura.

Entre os anos de 1968 a 1974 tem-se uma política sistemática de terrorismo cultural, o Ato Institucional Número 5 (AI-5) passa a destruir o circuito de produção cultural crítica, editoras são fechadas, teatros são proibidos, intelectuais e artistas são presos e exilados, gestava-se assim os elementos para a fase da cultura positiva em um período retardatário (1974 a 1979), quando o regime autocrático burguês se encontra diante de sua crise econômica (NETTO, 2011).

É claro que se pode intentar o enquadramento do “mundo da cultura”: [...] em princípio, o “disciplinamento” das manifestações e expressões culturais é tão viável quanto o de quaisquer outras objetivações do ser social; abstratamente, a hipótese de enquadrar o “mundo da cultura” é tão factível quanto a de enquadrar o “mundo do trabalho”. Mas o *custo social* desse enquadramento é exorbitante: sua legitimação política é extremamente frágil e, a médio prazo, ele tende a problematizar modalidades mais eficientes da reprodução social (NETTO, 2011: 47).

Desde o seu surgimento na década de 1930 até os anos de 1960, nos diz Netto (2011), pode-se caracterizar o Serviço Social como uma categoria confessional, paroquial e provincial; com limitação numérica; composto basicamente por mulheres advindas dos setores abastados; pouca fundamentação teórica, cujo o conteúdo de dava através de elementos de fundamentos tradicionais; o controle das escolas especializadas, donde as

funções docentes eram ocupadas por pioneiros e sucessores imediatos, sob a influência principalmente da Igreja Católica; e a atuação do profissional se dava em maior parte pela a intencionalidade.

Características essas que sofrem profundas mudanças, desde as mobilizações ao longo da década de 1950 até o golpe civil-militar de 1960, e as implicações que provocou no cenário brasileiro, e que no Serviço Social se manifesta através do processo de renovação teve determinações econômicas e políticas que redirecionou o Serviço Social brasileiro, alterações que destacamos: a laicização, instauração do pluralismo, os espaços da categoria deixam de ser consagrações consensuais para tornarem-se espaços críticos, polêmicos, de debates, na busca por validar-se dentro das condições sócio-históricas contemporâneas e numa inédita relação com as ciências sociais.

Netto (2011: 128) assim caracteriza o Serviço Social tradicional brasileiro:

[...] não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica (NETTO, 2011: 128).

E dessa forma a profissão seguiu até a instauração do regime ditatorial. Embora esse seja o marco para o giro profissional, desde os anos de 1950 o Brasil passava por mudanças com o projeto desenvolvimentista empreendido pelo governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960). Alterações estas que já rebatiam e problematizavam as formas interventivas dos profissionais do Serviço Social, pois o processo de industrialização pesada promovida durante esses anos, acabou por exponenciar as expressões da “questão social” - objeto de intervenção do assistente social - e junto à isso somou-se a crise de legitimidade que acompanhava as práticas do assistente social, que por um lado era funcional, pois implicava em atender as demandas racionalizadoras do Estado desenvolvimentista e, por outro social, pois deveria direcionar o atendimento das necessidades emergentes das populações que sofriam as sequelas da “questão social” e que politizavam suas demandas. Essas novas requisições, aponta Netto (2011), forçavam os profissionais à responder imediatamente as exigências, sendo solicitado a intervir em um novo ambiente de trabalho composto por equipes multiprofissionais, o que solicitava-os em um novo método - o Desenvolvimento de Comunidade.

Embora o Desenvolvimento de Comunidade não possibilitasse a compreensão dos processos sociais e tão pouco produzira críticas profundas à sociabilidade burguesa, proporcionara o surgimento de ao menos três correntes no interior da profissão: donde um grupo insistira em manter os procedimentos tradicionais; outro pautava a intervenção profissional em âmbito macrossocial nos limites da ordem vigente; e um segmento que compreendiam esse método como uma possibilidade de transformação social que favoreceria os trabalhadores. Todas essas contradições não foram assimiladas pelos próprios assistentes sociais como crise do Serviço Social tradicional, entretanto, precipitou à profissão tensões que em um curto prazo culminara no giro profissional (NETTO, 2011).

A ruptura com essa forma deu-se principalmente pela laicização profissional requerida pelo projeto modernizador empreendido desde o golpe civil-militar, sob a égide do capital monopolista. As novas condições impactaram diretamente o Serviço Social, e ainda que a ditadura não tinha por intencionalidade a erosão do Serviço Social tradicional, ao reformular o processo de acumulação do capital impacta diretamente em sua função; na autorrepresentação; nas escolas de formação; na consolidação do mercado de trabalho etc. (NETTO, 2011).

Emergiam novas necessidades e, para tanto, seria necessário um novo perfil do profissional, o qual deveria estar a serviço desse desenvolvimento. Concomitantemente a esse giro e na busca de adequação do Serviço Social ao novo contexto a profissão insere-se de forma diferenciada no meio acadêmico, mesmo que esse ambiente estivesse sob a vigência do regime ditatorial, toda a política cultural e educacional elaborada, implementada e gerida fora para atender tais interesses, gestou-se a possibilidade do surgimento de uma massa crítica e comprometida com a elaboração intelectual. (NETTO, 2011).

O ciclo ditatorial esbateu-se qualitativa e quantitativamente em todos os níveis da educação, em dois principais momentos e formas, entre 1964-1968 no combate de todas as manifestações críticas e contestatórias, e 1968-1969 desenvolveu um conjunto de estratégias para moldar todo o sistema educacional ao projeto modernizador, e que se relaciona diretamente com os acontecimentos no país e no mundo.

Desde o empreendimento da industrialização pesada, passou-se haver a demanda da qualificação da força de trabalho, e por outro, as consequências do processo de urbanização, aumentara o contingente nos centros urbanos e requeria a ampliação de vagas no sistema de ensino, onde o resultado fora refuncionalização por completo da educação, dando especial

destaque à reforma universitária. Tal reforma deveria responder ao interesses do projeto modernizador, sob os interesses dos monopólios e ao passo que deveria incluir não toda a população, o que se tornara cada vez mais característico nesse período. Netto (2011) aponta que são dois os principais triunfos dessa política educacional: a suposta neutralização da universidade e o seu profundo esvaziamento com o corte de todos os vínculos com as camadas sociais críticas.

Até meados da década de cinquenta as elaborações teóricas ligadas ao pensamento marxistas encontravam-se no interior do Partido Comunista Brasileiro – o PCB -, e somente na entrada dos anos sessenta intelectuais que se reivindicam marxistas e sem vinculação partidária começaram a surgir. Tendência essa interrompida em seguida do golpe em abril, provocando um largo quadro de fragmentações da esquerda sem potencializar nenhum acúmulo político.

Outra consequência foi empurrar o marxismo nos limites dos muros acadêmicos, e no máximo proporcionou o surgimento de intelectuais que contestavam a autocracia burguesa, numa perspectiva crítica de esquerda, ainda que circunscrita ao campo da elaboração teórica, e que para manter-se, não poderia se vincular à experiências práticas, e mesmo que enviesado, esses docentes puderam se aproximar de leituras marxistas.

Embora o processo de renovação estivesse sob os interesses da autocracia burguesa, em sua generalidade pode ser considerada como um avanço ao Serviço Social, pois contribuiu na busca pela validação teórica e a alteração da relação do Serviço Social com as ciências humanas e sociais; a constituição de uma vanguarda intelectual com um viés crítico voltados à pesquisa e à investigação; ampliação do universo temático e elaboração teórica e seus rebatimentos no padrão de organização da categoria etc. Esse movimento coloca o Serviço Social também como objeto a ser estudado, analisado, questionado e o pauta às agências financiadoras para a produção do conhecimento.

[...] Ela [*a validação teórica*] contribuiu para oferecer, no plano intelectual, um contrapeso à subalternidade profissional que historicamente envolveu o Serviço Social. Começou a mudar, de fato, a posição do Serviço Social em face das ciências sociais: a condição de vazadouro das suas produções tende a ser deslocada por uma postura crítica dos seus fundamentos, o que implica o seu conhecimento específico. (NETTO, 2011: 132).

A renovação implicava em novas práticas profissionais, na construção de novas formas de legitimação em um novo contexto econômico, social e político, com elementos de ruptura e

continuidade do tradicionalismo profissional.

2.3. As direções ideopolíticas e teórico-metodológicas do processo de renovação do Serviço Brasileiro

O processo de renovação do Serviço Social brasileiro com todas as suas contradições e inediticidade, organizados por Netto (2011) em três principais momentos: a renovação nas formas organizadoras de assistentes sociais e docentes, sendo o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) o instrumento privilegiado na promoção dos seminários de teorização e outros importantes eventos e reflexões; posteriormente as grandes questões postas são transferidas para os centros de formação nos cursos de pós-graduação; e alcança os instrumentos organizacionais e representativos como a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e nos sindicatos representados pela Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS). (NETTO, 2011).

A renovação revelou-se em três principais perspectivas: a perspectiva modernizadora (1965 a 1975); a reatualização do conservadorismo (1975 a 1980); e a intenção de ruptura, emergente em inícios dos anos setenta, tem seu ciclo interrompido pela ditadura, e nos anos oitenta torna corpo na categoria e espraia-se ao conjunto do corpo profissional, onde tornara-se a perspectiva hegemônica no Serviço Social até os dias atuais.

Importante destacar que cada período acima demarcado são os momentos em que mais se destacam as respectivas perspectivas, porém, são processos que se confundem e se misturam, e não se esgotam exatamente nesses marcos aos quais nos são sugeridos e assim definido por Netto (2011: 116): “[...] o desenvolvimento profissional estruturou com a sua herança: mudança, continuidade e intenção de ruptura”. As duas primeiras perspectivas se processam dentro do período de desenvolvimento alavancado no país desde o golpe de abril, ou seja, a modernização sem romper com o passado profissional, e a terceira perspectiva surge através de um processo crítico-dialético e que objetivava a ruptura com o passado profissional.

2.3.1. A modernização conservadora

Em passagens anteriores fora apresentado que o desenvolvimento exigido pela ditadura do

grande capital implicava em viabilizar e criar as condições e bases para que se operacionalizassem as mudanças necessárias, donde, foram processadas transformações nas instituições existentes e/ ou criados novos órgãos, o Estado apto a atender os interesses monopolistas é chamado à planejar e implementar essas alterações, num processo que objetivava dotar a economia de eficácia, dentro de um processo de racionalização instrumental, submetendo toda a sociedade aos interesses dominantes.

E em meio a esse cenário a perspectiva profissional que melhor se adequou fora a modernizadora, a primeira manifestação do Serviço Social renovado. Pode-se verificar a ultrapassagem do Serviço Social tradicional que se matizam nos documentos produzidos nos Seminários de Araxá, em março de 1967, Minas Gerais, cujo o tema fora: “Seminário de Teorização do Serviço Social”; que se estende ao Seminário de Teresópolis, em janeiro de 1970, cujo o debate fora sobre a Metodologia do Serviço Social.

Netto (2011) aponta-nos uma particularidade a respeito desse projeto desenvolvimentista, que, sem as amarras do tradicionalismo, caminharia num processo linear para superação do subdesenvolvimento e para a modernização da sociedade brasileira, ao passo que deveria frear as tendências político-sociais que visassem a superação da ordem burguesa. Encontra-se essa concepção nas formulações dos seminários acima referidos, donde apresentavam como o eixo central a tematização do Serviço Social como interventor, dinamizador e integrador à serviço do processo de desenvolvimento empreendido no país a partir de 1964, e sem a ele produzir quaisquer expressões de críticas, cuja ponderação somente aparece no tema do seminário de Araxá, e, relevância alguma terá nos debates da profissão.

O Seminário Araxá caracterizou-se principalmente na busca pela conformação do moderno sobre o tradicional, preservando traços conservadores da profissão ao passo que inaugura outros, Netto (2011: 173) denomina essas alterações num processo de “transformismo [...] a recuperação sem rupturas do tradicionalismo, mas sob novas bases”. Esses profissionais buscavam novos métodos de intervenção dando-lhe sobretudo contornos técnico-operacionais, dentro de um processo de racionalização do Serviço Social, ainda que a atuação de fato se daria no plano microssocial junto aos “indivíduos com desajustamentos familiares e sociais, só acidentalmente derivados de “estruturas sociais inadequadas” num marco macrosocietário” (NETTO, 2011: 168).

Ainda que o humanismo abstrato oriundo do neotomismo permanecia, buscou dar à profissão uma moldura interventiva macrosocial, cujo a ação era direcionada à

conscientização dos indivíduos dos problemas sociais e econômicos, numa convergência entre a participação da população e do desenvolvimento da nação. E aqui identificamos uma nítida contradição, pois em plena ditadura, onde têm-se os direitos civis e políticos amplamente reduzidos, opera-se um discurso de participação social, quando na verdade ocorria era a busca pela integração harmônica ao desenvolvimento. Mais que algo contraditório, podemos perceber que há uma transferência do neotomismo às concepções estrutural-funcionalistas: “é a perspectiva das relações sistêmico-integrativas de indivíduo e sociedade”. (NETTO, 2011: 170).

A perspectiva modernizadora se nutre de fontes positivistas, ou seja, a naturalização das relações sociais, a sociedade é tida como um todo harmônico, e as anomalias precisam ser prevenidas e corrigidas. Netto (2011) nos mostra que fora sobre esse constructo teórico que fora parametrizada a intervenção tecnocrática profissional dos assistentes sociais, embora o rigor teórico-metodológico não fora de elaboração do corpo profissional, fora o Serviço Social – assim como outras profissões - sob os interesses da autocracia burguesa que atuara como integrador do indivíduo às condições emergentes.

A primeira direção conforma uma *perspectiva modernizadora* para as concepções profissionais – um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64 (NETTO, 2011: 154).

Trata-se em dar uma nova funcionalidade que ultrapassava em muito a antiga atuação de caso, grupo e de comunidade, objetivavam a validação teórica da profissão e a recusa de que os profissionais do Serviço Social permanecessem como executores das políticas sociais, reivindicavam atuar nas políticas e no planejamento para o desenvolvimento, ou seja, pautaram o campo de atuação macrossocial do Serviço Social, donde a microatuação (clássica do Serviço Social tradicional) somente poderá ter validade se submetida ao macro, e justamente nessa sobreposição que a perspectiva modernizadora triunfa sobre o tradicional, eis o elemento genuinamente renovador que tem sua consagração no Seminário de Teresópolis (NETTO, 2011).

Netto (2011) destaca José Lucena Dantas como o intelectual de referência no seminário de Teresópolis. A preocupação central de Dantas se dera em torno da metodologia do Serviço Social, que, segundo sua concepção, a prática profissional deveria granjear um rigor científico

numa aproximação entre o método científico e método profissional. E, nesse último aponta existir duas categorias de operações: o diagnóstico e a intervenção planejada, no intuito de instrumentalizar o Serviço Social em aspectos burocratizantes e técnico-operacionais. Se na história da profissão havia a ausência de uma cientificidade, fora este pensador que atribuiu um rigor teórico à intervenção profissional.

Dantas forneceu as mais adequadas respostas a duas demandas que à época amadureciam no processo renovador: a requisição de uma fundamentação “científica” para o Serviço Social e a exigência de alternativas para redimensionar metodologicamente as práticas profissionais (NETTO, 2011: 183).

Essa perspectiva tem sua hegemonia posta em questão quando o regime autocrático burguês dá seus sinais de esgotamento a partir de meados dos anos setenta, o que fez reduzir sua influência. Se nos seminários de Araxá e Teresópolis a perspectiva modernizadora adquire centralidade na profissão, essa vê o seu eixo de gravitação se deslocar para as margens do debate profissional nos seminários do Sumaré, em 1978, e no Alto da Boa Vista, em 1984, ocorridos no Rio de Janeiro.

A perspectiva modernizadora ao adensar-se às reformas requeridas pela autocracia burguesa, de imediato afasta os setores mais tradicionais que negavam a laicização do Serviço Social, bem como se incompatibiliza com os segmentos profissionais críticos filiados ao pensamento marxista. E com a crise dessa perspectiva, a partir de meados da década de setenta, manifestam-se as duas outras direções da renovação do Serviço Social no Brasil, deslocando-a do centro dos debates.

2.3.2. A reatualização do conservadorismo

Embora a perspectiva modernizadora tenha respondido as exigências desenvolvimentistas da autocracia burguesa, o que colocou o tradicionalismo fora dos debates centrais, bem como fora a primeira a trazer o traço renovador na profissão, o que não significa afirmar que tenham desaparecido no interior no corpo profissional segmentos arraigados ao que há de mais conservador, ao contrário, permaneceram e resistiram o quanto puderam ao processo de laicização do Serviço Social, e, Netto (2011) atenta que, somente quando a perspectiva modernizadora tem sua hegemonia deslocada que se torna possível o ressurgimento do

conservadorismo com uma outra roupagem.

A perspectiva que mais representa o segmento do Serviço Social que se recusa às mudanças é definida por Netto (2011) como a reatualização do conservadorismo, esta trata-se de uma recuperação dos componentes mais conservadores da profissão e os restitui, sobre o que reivindicam, de nova base teórico-metodológica: a fenomenologia.

Longe de alcançar a expressão da perspectiva anterior, os seminários do Sumaré e do Alto da Boa Vista não ressonaram na categoria como os de Araxá e Teresópolis, tanto que os documentos produzidos nos dois primeiros foram organizados anos depois do evento. A extrema pobreza teórica em ambos os colóquios não tomavam a atenção das vanguardas profissionais, que há muito pautavam-se em debates de temas atuais e plurais, e a essa altura o corpo profissional possuía elevado acúmulo acadêmico, e sofria influências de movimentações com tonalidades democratizantes, não sendo facilmente permeável à pobreza teórica apresentada por essa perspectiva (NETTO, 2011).

O processo de laicização permitiu uma maturação teórica da profissão, o que impossibilitava que a perspectiva de reatualização do conservadorismo conseguisse restaurar diretamente e de imediato o tradicionalismo histórico da profissão, e essa nova roupagem, como destaca Netto (2011), deu-se e através do recurso à fenomenologia. Ao passo que repele as tradições positivistas, nega as correntes filiadas ao pensamento marxista, num processo de recusa tanto do socialismo como do capitalismo, que, no entanto, torna-se uma apologia indireta da ordem, pois embora haja uma contestação do estabelecido não visa rupturas sociais.

Especificamente no que concerne ao Serviço Social, qualquer empresa restauradora haveria de colidir com duas variáveis de monta: a laicização profissional, que jogava contra o retorno dos velhos confessionaisismos, e a crescente ponderação de tendências católicas que, enquanto tais, alinhavam-se numa posição receptiva em face de projetos societários anticapitalistas e de parâmetros analíticos extraídos da tradição marxista, complicando a legitimação de operações regressivas com o apelo ao antigo integrismo (NETTO, 2011: 202).

Os profissionais componentes dessa perspectiva necessitavam da elaboração teórica que parametrizasse a intervenção profissional, para reacender características microscópicas da atuação empirista. A sua concepção de mundo baseia-se no pensamento católico tradicional, mas o fazem com uma roupagem nova, em um incansável esforço de apresentar-se a partir de fontes intelectuais rebuscadas e, que se reforçam na medida em que o positivismo junto à

perspectiva modernizadora vai sendo descreditado, seja pelo caráter funcionalista dada à intervenção profissional ou pela suposta assepsia ideológica (NETTO, 2011).

Ao recorrer à fenomenologia afirmam-se abertamente apoiados em princípios cristãos, dando importância maior à subjetividade para que o homem em sua totalidade pudesse compreender as suas inter-relações na busca da transformação social – destacamos Ana Maria Braz Pavão como a autora que melhor elaborou e resgatou os valores e princípios tradicionais (NETTO, 2011). Entre os profissionais estava claro que tal método não daria conta de todas as demandas postas ao Serviço Social, mas ao que se propunham seria o suficiente, ou seja, na relação entre o assistente social e o cliente e na formação profissional.

Eis o elemento renovador: o referencial teórico-metodológico não é mais o positivismo ou neopositivismo, mas sim a fenomenologia; e o método entre o profissional e o usuário dos serviços sociais é o dialógico visando à ajuda psicossocial e não mais o ajustador, dentro de uma atuação microssocial das relações do indivíduo.

O Serviço Social no Brasil incorpora da fenomenologia menos do que estava na fenomenologia, uma cópia imperfeita e que não remete ao real, uma vez que não se recorre às fontes originais do pensamento fenomenológico, com pouco domínio teórico, os estudos se davam através de divulgadores, o que impossibilitava a apropriação interna e mais elaborada do debate da fenomenologia. Todas as polêmicas contidas não são abordadas, tudo que é ambíguo na própria produção fenomenológica aparece como resolvido no Serviço Social, pois se nas fontes originais manifestam-se categorias concebidas diversamente, obscuras, frutos de grandes embates, isto é, um campo extremamente atravessado por polêmicas, estranhamente aparece liso, raso e simples nas elaborações da perspectiva de reatualização do conservadorismo, há uma incorporação empobrecida das categorias fenomenológicas. Estavam inaugurando uma perspectiva teórico-metodológica e, no máximo produziu-se um simulacro (Netto, 2011).

[...] O recurso que os renovadores do Serviço Social no Brasil, na perspectiva da reatualização do conservadorismo, fazem da fenomenologia, sem embargo do pioneirismo deste apelo, aparece como uma operação cujas resultantes profissionais devem ser necessariamente modestas [...] o recurso à fenomenologia, por aqueles autores denota antes uma aproximação impressionista e aleatória a alguns núcleos temáticos do pensamento fenomenológico, resgatados frequentemente segundo uma ótica elementar e eclética (NETTO, 2011: 215).

Anna Augusta Almeida fora a autora de maior envergadura dessa perspectiva, donde sua

elaboração teórica caracteriza-se:

[...] Num procedimento abrangente, que articula uma cosmovisão determinada, uma definida concepção de profissão, uma opção teórico-metodológica e uma nítida visão do processo sócio-histórico numa meridiana *estratégia* de inserção no debate profissional (apud NETTO, 2011: 227)

A autora se referencia da importância do movimento de reconceituação pelo fato de pautar a necessidade em pensar a intervenção profissional nas particularidades brasileira, porém, ao tratar da reconceituação reduz e deforma em grande medida as contribuições de autores críticos, em especial no que toca à recusa ao tradicionalismo do Serviço Social, o ponto central desse movimento. No entanto, ao abordar sobre a constituição profissional não remete ao contexto histórico e social, e tão pouco toca ao tema das lutas de classes, mas de uma concepção expressamente tradicional: “os assistentes sociais, mediante a produção de uma “metodologia” e uma “disciplina”, engendram o Serviço Social” (NETTO, 2011: 229).

O traço renovador apresentado e sintetizado por Almeida está em recorrer à fenomenologia e o personalismo católico, daí resulta o desafio que põe à profissão: “da compreensão de como trabalhar em Serviço Social pensando a história humana em sua significação mais profunda [...] voltando-se para a dimensão social presente na dimensão pessoal” (apud NETTO, 2011: 233). A reivindicação fenomenológica e personalista mais que corresponder a elaborações teóricas rebuscadas, estava empreendida do combate ao referencial teórico-metodológico da perspectiva modernizadora e a neutralizar a influência de vertentes marxistas.

O objeto do Serviço Social dentro dessa perspectiva é a situação existencial-problema, a lógica se localiza no subjetivo, o cliente em seu significado, buscando ir do ser para o ser-mais. A nova proposta de intervenção social entre o profissional e o cliente, de acordo com Almeida, se assenta em três categorias conceituais: a pessoa; o diálogo; e a transformação do ser (NETTO, 2011). Esta recupera os elementos tradicionais da profissão: a ênfase no indivíduo, a ação psicossocial e o viés psicologizante, muito embora tivera profundas dificuldades em ser operacionalizada na realidade brasileira, pôde se desenvolver entre os segmentos que se recusaram ao projeto modernizador burguês e à intenção de ruptura.

O extremo conservantismo dessa perspectiva, conforme Netto (2011), se encontra justamente na cientificidade efêmera com que constrói a relação do Serviço Social com seu objeto, e que impossibilita qualquer análise crítica e rigorosa que visem uma macroatuação e

que sejam parametrizados por critérios teóricos e sociais objetivos. Um processo de empobrecimento da razão, um irracionalismo, pois, ao invés da reflexão teórica têm-se a intuição como forma de produzir o saber, abre-se o campo para teorias subjetivistas que visam chegar ao autêntico do homem.

Almeida se debruça em pensar a natureza do Serviço Social, a intervenção social, para a transformação social, objetivava ter claros os procedimentos metodológicos para a intervenção do assistente social direcionada para o desenvolvimento da consciência teórica e para a ajuda psicossocial através do diálogo com o cliente, visando à mudança e transformação da pessoa. No que tange a elaboração do Serviço Social procura identificar desde o seu surgimento os modelos de diagnóstico social que melhor o caracteriza, e são: “Modelo de Ação Social” (1932-1945); “Modelo Funcional” (1946-1960); e o “Modelo Síntese” (1961-1975) (NETTO, 2011: 238). A autora ao realizar tal exercício no levantamento desses modelos, não considerou os elementos críticos já produzidos sobre o Serviço Social, seja porque não traz em sua análise a realidade sociopolítica interna e externa, seja pela recusa em fazer a avaliação crítica ao tradicionalismo profissional. Esses limites não possibilitam que Almeida consiga alcançar a linha histórica de desenvolvimento da profissão no país, nos deixando evidente o esforço empreendido em deter e reverter a erosão do tradicionalismo.

2.3.3. Intenção de ruptura

Diferentemente das duas perspectivas apontadas anteriormente, e, embora de forma diversa, ambas (perspectivas modernizadora e reatualização do conservadorismo) encontraram terrenos para o seu desenvolvimento no curso anterior do acúmulo da profissão, a perspectiva de intenção de ruptura ao objetivar romper com o passado tradicional e todo o seu referencial teórico-metodológico e prático-profissional haveria de se erguer sobre bases qualitativamente diferente destas (NETTO, 2011).

O projeto de ruptura começara a manifestar-se desde os sinais iniciais de crise que operava na erosão do tradicionalismo na passagem dos anos de 1950, porém, o golpe de abril de 1964 impactou diretamente nos vetores críticos e os espaços de resistência, o que produziu um clima de tensão e entre os anos de 1968-1974 tem-se uma política sistemática de terrorismo cultural fazendo com que aqueles profissionais comprometidos com o projeto de ruptura, seguissem de forma mais cautelosa e pouco pudessem inovar em experiências prático-

profissionais. A perspectiva da intenção de ruptura colide, confronta com a ditadura em seus aspectos político, teórico e profissional:

Nas suas expressões diferenciadas, ela confronta-se com a autocracia burguesa: colidia com a ordem autocrática no plano teórico-cultural (os referenciais de que se socorria negavam as legitimações da autocracia), no plano profissional (os objetivos que se propunha chocavam-se com o perfil do assistente social requisitado pela “modernização conservadora”) e no plano político (suas concepções de participação social e cidadania, bem como suas projeções societárias, batiam contra a institucionalidade da ditadura (NETTO, 2011:248).

A inserção no âmbito acadêmico, como nos diz Netto (2011), é um forte traço em todo o processo de renovação profissional, e particularmente a perspectiva que ora abordamos, encontra um terreno menos tenso para o exercício docente aos profissionais e ela filiados, uma vez que era o ambiente adequado à pesquisa, extensão e desenvolvimento de experiências, processos que caracterizam a intenção de ruptura. E mais que as outras perspectivas, ela dependeu da universidade para aparecer, pois em certa medida, encontrava-se uma relativa autonomia - muito embora sabemos que o espaço acadêmico não pode e nem deve ser considerado inteiramente livre e, uma vez que fora enquadrada e submetida aos interesses do poder autocrático burguês, o que queremos destacar é que pelas características próprias da academia, permitia um clima menos desfavorável e inseguro ao projeto de ruptura -, pois não estava atrelada às respostas de imediato ao mercado de trabalho, que permitia uma atuação profissional com menos enfrentamento.

A inserção no espaço universitário, pondera Netto (2011), infligia aos docentes ao criticar os referenciais teórico-metodológico da profissão e impulsionava estudar sobre novos referenciais que implicasse em novas experimentações, sob outra forma de relação entre docentes, estudantes (estagiários) e a população que acessavam os serviços sociais, num processo necessário de interação com outras áreas profissionais.

O exercício profissional docente fora uma escolha entre aqueles que se comprometeram à elaboração teórica e visavam a ruptura com o tradicionalismo do Serviço Social, obviamente haviam também outras motivações, dentre é claro, a necessidade em produzir e reproduzir-se. Porém, o que aqui queremos destacar é o embate travado pelo projeto de ruptura dentro do referido espaço, ainda que desenvolvida no ambiente reformado pela ditadura e que produzira sérias implicações e perseguições a todos que eram contrário ao projeto burguês, e só pode ampliar suas projeções na medida que os questionamentos e reivindicações democráticas

ganham coro no país (NETTO, 2011).

Tal perspectiva não deve ser compreendida por um viés unilateral, ou seja, apenas como um resultado da vontade de seus protagonistas, mas também como uma expressão do processo de laicização e mudanças ocorridas na profissão e na sociedade como um todo. Assim como as outras duas vertentes, a intenção de ruptura somente pôde desenvolver-se - ainda que às margens e sob os constrangimentos do ciclo autocrático burguês - na medida que correspondiam as forças sociopolíticas com delineações democratizantes anteriores ao golpe de abril; a um projeto societário que remava contra a ordem de coisas existentes; às classes trabalhadoras; agências de produção, propagação de conhecimentos e ligadas à prática profissional colidente com o conservadorismo reinante desde o surgimento da profissão no Brasil. Da mesma forma que no pré 1964 já se gestavam sinais do projeto de ruptura e que fora interrompido, a partir dos indícios de esgotamento do ciclo autocrático burguês, em fins da década de 1970, conjugada com a reentrada das classes trabalhadoras - em especial o operariado - no cenário político da nação, é que será possível que essa perspectiva se manifeste, retome e amplie seus laços sociopolíticos com as classes trabalhadoras.

O regime oriundo de abril [...] não pôde suprimir o movimento estrutural da sociedade brasileira (que acabaria por ultrapassá-lo) e, menos ainda, erradicar suas incidências ideoculturais. O que realizou ao tentar enquadrar rigidamente estas últimas, foi o relativo e provisório isolamento dos seus feixes e núcleos temáticos específicos em relação aos seus vivos vetores na efetividade da vida social [...] (NETTO, 2011: 257).

Essa aproximação nesse novo contexto permite um avanço qualitativo e organizativo nos espaços de intervenção social do Serviço Social – se comparado aos espaços anteriores – e, ao mesmo tempo amplia a relação com as classes trabalhadoras em seu ambiente de trabalho, bem como se vê como uma profissão inserida no mundo do trabalho e todas as implicações dessa relação. Essa alteração na concepção da autorrepresentação profissional impele à mudanças nas formas de elaboração e produção intelectual da natureza profissional e a população usuária dos serviços sociais, pois as pesquisas foram redirecionadas de acordo com a realidade vivida e enfrentada pela bases sociopolíticas vinculadas à perspectiva de intenção de ruptura.

É só na crise da autocracia, quando se desobstruírem os canais que permitem a concretização das mediações que vinculam essa perspectiva às camadas trabalhadoras e subalternas, que ela poderá expressar sem referências esópicas as

suas conexões sociopolíticas [...] os espaços ocupados, na ultrapassagem da autocracia e nos momentos imediatamente seguintes, pelas classes trabalhadoras [...] revitalizaram duplamente essa perspectiva: por um lado, começaram a lhe oferecer um suporte com uma aberta e legitimada intervenção social, articulados sobre sistemas organizativos sensivelmente mais avançados que no passado; de outro, pela aproximação socioeconômica da categoria profissional às condições de trabalho das classes subalternas, o movimento organizativo próprio dessas camadas entrou a permear a categoria mesma. Em segundo lugar, a configuração interna das representações desta perspectiva sofreu uma nítida inflexão: através da sua relação com as camadas trabalhadoras sem os constrangimento da ordem autocrática, as *efetivas condições de trabalho e existência* dessas camadas impuseram uma recepção e uma elaboração intelectuais que antes não se registravam [...] transita-se para um tipo de produção intelectual que enfrenta a realidade em que se movem as classes e camadas sociais a que a intenção de ruptura se vincula. (NETTO, 2011, p. 258).

Desde a emersão dessa perspectiva até que viesse a se tornar hegemônica no Serviço Social, Netto (2011) identifica três distintos momentos, com diferentes incidências no corpo profissional que, necessariamente estão associadas ao conjunto de alterações ocorridas no seio da sociedade brasileira.

O primeiro momento tange a emersão, que tem como principal referência o Método de Belo Horizonte, entre os anos de 1972 a 1975; o segundo, encontra-se em sua maturação teórica nos anos de 1980; e o terceiro, no espriamento profissional, acompanhado das movimentações por redemocratização e que se segue nos anos noventa.

Vejamos mais detalhadamente esses momentos: o Método BH fora uma experiência encampada por um grupo de jovens profissionais na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que tinha por objetivo a ruptura com o passado profissional do Serviço Social – uma proposta de alternativa global do Serviço Social tradicional (NETTO, 2011). Não é casual a experiência ocorrer em Belo Horizonte, pois ali continham significativas forças reacionárias, que, contribuíram com o golpe de abril de 1964, como também haviam forças sociais oriundas em especial dos movimentos sindicais e populares e com uma forte tradição do movimento estudantil, impelidos por anseios democráticos, e com claras tendências revolucionárias e socialistas. Esses grupos eram compostos sobretudo pelas camadas médias urbanas, com tendência ao partidarismo, donde provocaram um forte movimento de luta contra a ditadura, e direcionam esse primeiro momento da intenção de ruptura (NETTO, 2011).

A experiência do Método de BH majoritariamente envolvia docentes e consistia na tentativa de construir e aplicar um método crítico e alternativo ao tradicionalismo do Serviço Social, onde tinham como referência teórica o marxismo de Mao Tse-tung, Marta Harnecker,

Karel Kosik, Adolfo Sanchez Vazquez. Esse grupo de BH tentou superar as críticas do Serviço Social tradicional na busca por novas práticas - através da extensão e estágios -, pois havia a preocupação de que o Serviço Social precisava conhecer e atuar na realidade, e, para isso era preciso um outro método.

Leila Lima Santos (1983) fora a referência desse processo e produziu diversos materiais sobre essa experiência, e, assim distingue os momentos desse método: o sensível (a tese); o abstrato (a antítese); e o racional e científico (a síntese). Aqueles profissionais apontavam como objeto de intervenção profissional a ação social da classe oprimida, objetivava a transformação da sociedade e do homem, e percebem que os homens não são objetos e sim sujeitos, e os meios para alcançar tais objetivos era através da organização, capacitação e mobilização. A partir desses passos seria possível conhecer e atuar na realidade: um momento empírico (primeiro momento), que será submetido a uma crítica racional (segundo) e posteriormente chegaria em uma síntese entre o racional e o sensível (terceiro). Ou seja, partir da realidade sensível e transformá-la em uma realidade pensada. Santos (1983) assim descreve o processo de conhecimento:

O conhecimento do mundo é fruto de uma longa história e movimentos gradativos, que abrangem: - das formas mais elementares do conhecimento às formas mais sofisticadas; - uma apreensão mais superficial a uma mais profunda das coisas. Neste processo gradativo de conhecimento intervêm dois elementos essenciais básicos: o sujeito [...] e o objeto (SANTOS, 1983: 13)

Na primeira fase o trabalho inicia através do contato sensível com a realidade, da observação, da vivência, de entrevistas fechadas e abertas; na segunda fase, feito esse contato, organizam as informações coletadas em uma espécie de grupos temáticos (assuntos ligados à infância; à terceira idade; a questão da mulher etc), denominada de fase abstrata, porque os problemas encontrados não estão organizados/ sistematizados, apenas ocorrem cotidianamente, para que em seguida cada tópico identificado haveria um grupo de trabalho para buscar formas de intervir em cada questão (SANTOS, 1983).

De acordo com aqueles profissionais, o resultado seria o concreto pensado - reconstrução da totalidade concreta – já que a primeira impressão fora caótica, em seguida faz-se a abstração e posteriormente faz-se uma síntese das múltiplas determinações do concreto. Assim, desse processo sairiam avanços importantes, pois ao mesmo tempo que se conhece a realidade (um processo de formação da consciência), é possível organizar a população para alterar a realidade (SANTOS, 1983).

Da experiência do Método de BH decorrem avaliações de natureza distintas. É de nossa sabedoria que houveram limites que impediram a continuidade dessa experiência, inclusive compartilhados pelos próprios assistentes sociais à época. Dentre eles destacamos: a crise de meados dos anos 1970 levou à demissão de seus principais elaboradores impedindo a sua continuidade; o pouco conhecimento do método em Marx e suas obras não permitiu de fato ultrapassar o conservadorismo no Serviço Social, a experiência ficou circunscrita à análises no campo da aparência dos fenômenos sociais, numa combinação entre “formalismo e empirismo” (NETTO, 2011: 288); o equívoco em atribuir a tarefa de transformação social e do homem à profissão etc. Por outro lado, deve-se ressaltar que fora a tentativa mais séria para a construção de um novo projeto com outras referências teórico-metodológicas, ideopolíticas e de intervenção profissional, sob a influência do pensamento marxista – ainda que enviesado, como denominado por Netto (2011) – e da teoria da dependência, buscando dar unidade entre teoria e prática.

[...] a elaboração do grupo de Belo Horizonte [...] configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas. É *absolutamente impossível* abstrair a elaboração belo-horizontina da *fundação* do projeto de ruptura no Brasil (NETTO, 2011: 275).

O segundo momento é o da maturação teórica do Serviço Social, tendo como referência a professora Marilda Iamamoto. Busca-se a recuperação do legado de BH, porém sobre novas bases, no intuito de realizar um balanço das perspectivas críticas, tem-se toda uma movimentação de crítica e autocrítica das tentativas de ruptura e o marxismo até então utilizado. Disso decorre duas tendências: a primeira se constrói com uma análise crítica das principais propostas de renovação profissional, o que implicara em recolocar no centro do debate profissional o projeto da intenção de ruptura, num empreendimento analítico-crítico, onde a grande referência foi a professora Miriam Limoeiro Cardoso; a segunda, valendo-se do que já havia acumulado, porém, com elementos e acontecimentos novos, capitaliza os sinais da crise do ciclo autocrático burguês e sua ultrapassagem, conjuntamente com a movimentação social que daí decorre e todos os seus rebatimentos na universidade e no Serviço Social (NETTO, 2011).

O grande salto qualitativo que se produz nesse patamar é que somado as análises críticas

da profissão servem-se também de elaborações históricas mais abrangentes, retirados de concepções teórico-metodológicas em suas fontes originais, se antes pensava-se criticamente o Serviço Social, agora relaciona a profissão e a história.

Iamamoto (apud NETTO, 2011) em seu ensaio titulado Legitimidade e crise do Serviço Social analisa o Serviço Social como produto emergente da sociabilidade burguesa, inserido na produção e reprodução social dessa ordem, e de acordo com as particularidades da realidade brasileira. Essa abordagem da profissão terá sua produção melhor elaborada no livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, que fora publicado em 1983⁶ em parceria com Raul de Carvalho.

Iamamoto (2011) buscou leituras nas fontes originais de Marx – em *O capital* e os *Grundrisse* –, alcançando a apreensão do método e apresentara categorias como: o capital como relação social; totalidade; exploração; reificação; a relação entre capital e trabalho; trabalho assalariado; classes sociais etc., e como estas são utilizadas para analisar a profissão e as relações que a envolve.

Iamamoto (2011) inaugura a compreensão do Serviço Social como profissão que emerge na passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, inserida na divisão social e técnica do trabalho, que na medida que é solicitada pelas classes dominantes para atender as demandas das classes dominadas, abre no campo da intervenção profissional a possibilidade de desenvolver estratégias político-profissionais para fortalecer o capital ou o trabalho (IAMAMOTO in CARVALHO; IAMAMOTO, 2011). E o Estado como o instrumento genuinamente mediador entre a relação entre capital e trabalho através do desenvolvimento de formas contínuas e sistemáticas de intervenção nas refrações da questão social a partir das políticas sociais.

A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, participa, também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizado para reforçar as condições de dominação, como dois polos inseparáveis de uma mesma unidade. É a existência e compreensão desse movimento contraditório quem inclusive abre a possibilidade para o Assistente Social colocar-se a serviço de um projeto de classe alternativo, àquele para o qual é chamado para intervir [...] Dentro dessa perspectiva, cabe ressaltar *a figura do agente profissional, como sujeito partícipe desse processo*. No desempenho de sua função intelectual, o Assistente Social, dependendo de sua posição política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições que se efetiva a prática

⁶ Neste trabalho iremos nos referir ao livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica* de Iamamoto e Carvalho, publicado em 2011, ao qual tivemos acesso.

profissional (IAMAMOTO in CARVALHO; IAMAMOTO, 2011: 94-95).

O Serviço Social a partir de então consegue penetrar na universidade e filia-se de forma diferenciada ao pensamento marxista, que deve-se em boa parte ao conjunto de acontecimentos desse período, donde as forças populares mobilizadas questionavam o regime autocrático burguês e pela reabertura política do país (NETTO, 2011). O Congresso da Virada em 1979 fora a maior expressão dessa vinculação e posicionamento político do Serviço Social, onde um grupo assume a coordenação do evento e destitui a mesa que havia sido composta por membros que representavam as elites conservadoras e, a recompõe com representantes da categoria filiados à perspectiva de intenção de ruptura e das classes trabalhadoras.

Fora justamente esse conjunto de acontecimentos e mudanças no seio da sociedade que rebateu sobre o Serviço Social permitindo o espraiamento da profissão, proliferação dos debates, reformulação da identidade da categoria, alteração do currículo e da formação profissional, o que impulsionara novas produções acadêmicas etc. Por outro lado, essa perspectiva manifesta elementos de continuidade com o passado profissional, esta é atravessada por um messianismo de esquerda com impulsos anticapitalistas que se coloca à serviço das classes trabalhadoras, um eticismo que restitui o passado, mas parametrizado por uma visão de esquerda (NETTO, 2011).

Essa perspectiva que a partir dos anos de 1980 assume a direção política hegemônica da categoria, o que lhe permitiu se inscrever na contemporaneidade do Serviço Social, pautada pela construção do Projeto Ético-político que se materializa nas normatizações contidas no Códigos de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação (1993), e nas diretrizes curriculares (1996). Netto (2011) ao se referir à perspectiva de intenção de ruptura, mesmo em sua fase de adensamento, maturação teórica e espraiamento do Serviço Social, está tratando de um projeto com indicativos para as práticas profissional, com todas implicações que daí decorrem, pois existe um gargalo entre a vanguarda da intelectualidade e a massa profissional, pois a ruptura encontra-se no projeto ético-político encampado pela intenção de ruptura, porém não se reproduz dessa forma para o profissional que atua no conjunto das instituições sócio-ocupacionais.

Netto (2011) nos alerta que, em verdade encontra-se muito mais um Serviço Social que adapta, que ajusta, do que aquele que tende à ruptura, pois as condições objetivas do exercício profissional confrontam com a ruptura de fato, esbarra nos limites das instituições, do Estado

brasileiro, na aplicação das políticas sociais. Sabemos que também há iniciativas para essa prática de intenção de ruptura, no entanto não são maiores que as dificuldades encontradas, e que cabe à profissão e aqueles que pertencem a essa perspectiva construir formas de ampliar tais formas de intervenção.

Capítulo 3: O Projeto Ético-político e as direções teórico-metodológicas do Serviço Social na contemporaneidade

Neste capítulo tomaremos por reflexão as direções teórico-metodológicas no Serviço Social na atualidade, para tanto, faz-se necessário elencar a forma em que o capital busca para assegurar o processo de valorização do valor. Dessa forma, abriremos com o tema da reestruturação produtiva, neoliberalismo e os impactos no mundo do trabalho.

Ao considerar o Serviço Social como profissão inserida no conjunto das relações sociais capitalista na era dos monopólios, trataremos como a profissão passa a se configurar a partir dos anos de 1990, como um marco no giro da direção ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica, e no intuito de localizar as expressões na atualidade das diferentes concepções teórico-metodológica, tomamos como fonte de pesquisa o CBAS⁷/ 2013.

3.1. Reestruturação produtiva e Neoliberalismo: impactos no mundo do trabalho

Em fins dos anos sessenta do século passado, o capitalismo manifesta os primeiros sinais da crise de super acumulação de capitais que se acentua nos primeiros anos da década seguinte, inaugurando, o que Mandel (1982) denominou de onda longa de estagnação do capital. Este, na busca para manter o processo de acumulação, e quando o modelo produtivo fordista/keynesiano se esgota, o capital implementa o modelo produtivo denominado por Harvey (2008) de acumulação flexível para que assim mantenha o processo de valorização do valor.

De acordo com Antunes (1999), o capital implementa alterações na forma de produção e traz como por principais características:

- 1) é uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor [...];
- 2) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multi-variedades de funções [...];
- 3) processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas [...];
- 4) tem como princípio o just in time , o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- 5) funciona segundo o sistema kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque [...];
- 6) as empresas do complexo produtivo toyotista [...] têm estruturas horizontalizadas [...] é responsável por somente 25% da produção [...] e transfere a “terceiros” grande parte [...] do processo produtivo;
- 7) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir o seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade da empresa;
- 8) o toyotismo implantou o “emprego vitalício” para [...] cerca de 25% a 30% da população trabalhadora

7 Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

(ANTUNES, 1999: 54-55).

O autor também nos atenta sobre os impactos diretamente no mundo do trabalho na redução do proletariado fabril estável; isso inclui o Serviço Social, a precarização do trabalho; a expansão do trabalho feminino precarizado e sem regulamentação; aumento dos assalariados médios e de serviço; a não admissão de jovens e idosos ao mercado de trabalho nos países desenvolvidos; expansão do trabalho combinado. Com tais alterações, segue Antunes (1999: 25): “a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se [...] criou-se de um lado o trabalhador polivalente e multifuncional [...] e de outro uma massa de trabalhadores precarizados”.

O Estado burguês é refuncionalizado pelo capital em seus moldes neoliberais e implementa: a liberalização dos mercados; o desmonte das regulações das relações sociais, políticas e econômicas; alteração de todas as relações do Estado de Bem Estar Social; esvaziamento das conquistas sociais, trabalhistas, políticas e econômicas ao longo do século XX; redução da intervenção estatal nos gastos com a força de trabalho e os gastos sociais, entre outras medidas.

Na medida que apreendemos as principais modificações no mundo do trabalho e do Estado na fase neoliberal, podemos observar que não por é acaso que as ideias neoliberais passam a ganhar terreno no pós 1970. Anderson (1995) nos apresenta Friedrich Hayek como o intelectual de destaque, que vinha desde fins da Segunda Guerra Mundial, em 1945, em uma árdua luta contra o keynesianismo e o solidarismo. Aglomerados em um círculo de pensadores neoliberais, apontavam que a raiz da crise em que se encontrava o capitalismo, se dava pelo poder excessivo dos sindicatos, e de modo mais abrangente, de todo o operariado, que, com suas reivindicações por maiores salários corroíam as bases da acumulação capitalista (ANDERSON, 1995).

Simultaneamente à intensa recessão econômica do capital operava-se uma crise política, ou melhor dizendo, manifestava-se a crise do padrão de sociabilidade burguesa, e Netto (2011) nos indica algumas mobilizações que devem ser entendidas como reações a essa crise: o Maio Francês de 1968, as passeatas ocorridas nesse mesmo ano no Rio de Janeiro, as lutas fabris nórdicas italianas. Emergiam novos sujeitos sociais: as mulheres; os negros; as lutas por libertação nacional etc., um período de ofensiva do trabalho ao capital.

Realizava-se, então, uma interação entre os elementos constitutivos da crise

capitalista, que impossibilitavam a permanência do ciclo expansionista do capital, vigente desde o pós-guerra: além do esgotamento econômico do ciclo de acumulação (manifestação contingente da crise estrutural do capital), as lutas de classes ocorridas ao final dos anos 60 e inícios dos 70 solapavam pela base o domínio do capital e afluíam as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo do trabalho. A confluência e as múltiplas determinações de reciprocidade entre esses dois elementos centrais (o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classes) tiveram, portanto, papel central na crise dos fins dos anos 60 e inícios dos 70 (ANTUNES, 1999: 42).

Porém, o que podemos observar como resultado dessas lutas foi a derrota das classes trabalhadoras e a intensificação da ofensiva do capital ao trabalho, num assíduo processo de flexibilização das leis trabalhistas e precarização das condições de trabalho, o que tem produzido nos trabalhadores um clima de insegurança, medo e instabilidade, um profundo imobilismo e levando-os a aceitar a realidade tal como ela se manifesta, e a implicação maior apontada por Antunes (1999), é o processo de descenso das lutas das classes trabalhadoras, na aparente impossibilidade em transformar a realidade.

Todas essas alterações que pontuamos no item anterior, produzem impactos em todo o globo, e as expressões desde a periferia do capital se revestem de particularidades e em tempos distintos, Coutinho (2000) nos diz que o país aparentemente se encontrava na contra corrente da história mundial, mas nessa obra nos permite apreender as particularidades que nos inserimos na ordem do capital.

O Brasil entra na década de 1980 com muitos paradoxos, para o capital ficou conhecida como a década perdida, pois o país atravessava um período de intensa recessão econômica, sofria as pressões pelo endividamento com o Fundo Monetário Internacional – FMI – etc., enquanto que para o conjunto das classes trabalhadoras havia um reascenso das lutas, em especial o operariado do ABC paulista, foram às ruas reivindicar as “Diretas Já”, um intenso processo de luta pela redemocratização que unificava as bandeiras.

A reabertura democrática do Brasil se deu dentro de uma transição e permanência do conservadorismo de quem participou ativamente do regime autocrático burguês, embora foram os trabalhadores que empurraram para tal abertura, não foram os mesmos que direcionaram a política do país (COUTINHO, 2000). Todas as contradições que estavam no seio da sociedade se evidenciaram no período da Constituinte (1986), donde existiam as muitas correntes, desde as progressistas até as mais conservadoras. - haviam mais de trezentos e oitenta grupos atuantes (apud Faleiros, 2000).

Coutinho (2000) ao analisar o período da ditadura militar no Brasil (1964 a 1985)

apresenta uma contradição fundamental: desencadeia forças que a médio prazo não podem mais controlar, e quando a pura repressão se torna insuficiente, abre-se a possibilidade para os chamados “projetos de abertura” que se dão “pelo alto” principalmente em duas direções: 1) adotam formas repressivas que se destinam aos setores sociais mais radicais; e 2) na busca de cooptar os segmentos mais contidos da oposição a inclui-los, ainda que, de forma subalternizada em blocos do poder, tudo isso para assegurar o poder político nas mãos de quem já os detinha, para que não houvesse perigo de mudanças.

Porém, esse “projeto de abertura” se chocava com o que Coutinho (2000) denominou de “processo de abertura”, ou seja, a movimentação real da sociedade que reivindicava participação na vida política do país, e buscavam ocupar e ampliar os espaços de lutas e representação, na busca pela socialização da política.

As contradições que se apresentavam nessas duas formas, ainda de acordo com Coutinho (2000), reforçavam a ideia de que o modelo de ditadura aqui vigente não poderia ser superada de forma pacífica, e sim através de rupturas parciais e progressivas, muitas vezes “negociadas” e não numa ruptura única e explosiva. Todos os sujeitos políticos de fins dos anos de 1970 ao início da década seguinte se esforçaram em demarcar sua posição na busca pela reabertura política. Entretanto, essas formas de transição e abertura mais ou menos negociada apresentam sérios problemas posteriores, pois haveria de prevalecer predominantemente os interesses de um grupo ou de outro, e em nossa realidade permaneceram traços do que se havia de mais conservador das nossas classes dominantes, conjugado com aspectos progressistas reivindicados pelos segmentos oposicionistas, o que Coutinho (2000) denominou de transição fraca.

Vejamos melhor o que Coutinho (2000) define como transição fraca. Para o autor esta possibilitou certas formas de rupturas, mas manteve traços autoritários e excludentes, característicos da formação social do Brasil: 1) uma preponderância maior do poder executivo em face aos outros poderes, em detrimento da participação da sociedade civil sendo sempre fortalecido o Estado nesse jogo; 2) transformismo ou a busca pelo apoio por via da cooptação e de favores clientelistas; 3) formas de populismo ou a representação política; e 4) atribuição de um peso político às forças armadas a revelia dos espaços da sociedade civil. É importante ressaltar que não se pode classificar essa forma de transição como uma continuidade da ditadura, uma vez que possuem qualidades diferentes, no entanto, não houveram transformações de monta na estrutura da sociedade brasileira: manteve-se os blocos das

classes no poder, o que conservou intacto o peso político das classes que já estavam no poder, e por sua vez consolidara nos anos seguintes governos antipopulares.

Sabemos que na história os acontecimentos não são lineares e tão pouco homogêneos, devemos ponderar que somado a esse processo de transição houveram formas de oposição e que Coutinho (2000) chamou de transição forte, ou seja, a possibilidade de uma efetiva ruptura com o regime ditatorial e que ao mesmo tempo poderia romper com os traços elitistas e excludentes da história política do país, o que levaria a uma radical renovação democrática da vida brasileira. Esse modo de transição teria sido resultado da hegemonia das forças políticas populares que possibilitariam o processo de transição forte: o novo sindicalismo surgido nas greves do ABC paulista; os novos e antigos partidos populares; os setores mais progressistas da igreja católica etc.

Ainda que a transição forte não predominou, houve uma esperança de mudanças estruturais na sociedade em benefício dos trabalhadores, que, fora determinante para que na Constituição de 1988 pudesse conter elementos progressistas tais como: a concepção ampliada de seguridade social; liberdade democrática; direitos sociais; soberania; igualdade; rejeição ao pagamento da dívida externa e ao FMI; direitos trabalhistas; reforma agrária, dentre outros (COUTINHO, 2000). O contrário também é verdade, no momento que essa movimentação popular entrou em refluxo e, em seguida a direção política do país foi retomada pelas classes dominantes, donde já se apontavam interesses de grupos neoliberais, possibilitou que esses grupos ganhassem território ao longo da década de 1990, num intenso processo de desmonte dos direitos sociais e que se segue até os dias atuais.

3.2. O Serviço Social no pós década de 1990:

O Serviço Social brasileiro inicia a década de 1990 com uma evidente ruptura com o conservadorismo que acompanhara a profissão desde o seu surgimento, o que lhe imprimiu uma pluralidade até então inédita, ainda que essa ruptura não tenha se consolidado em “uma nova legitimidade” (NETTO, 1996: 108) da profissão junto aos usuários e na sociedade como um todo. Evidentemente o conservadorismo não desapareceu e tão pouco as disputas findaram-se, passaram a ocupar um espaço plural e altamente qualificado do ponto de vista da produção do conhecimento. O que alterou substancialmente a direção ético-político, técnico-operativa e teórico-metodológica predominante até então na profissão, tornando a perspectiva

histórico-crítica hegemônica (NETTO, 1999).

O amadurecimento intelectual vinculado à tradição marxista desde os anos oitenta consolidou no plano político e ideológico do Serviço Social na década seguinte, e como resultado temos a construção do Projeto Ético-político vigente até os nossos dias. Esse giro na profissão colide com a direção política encampada pelo grande capital no início dessa mesma década, que se manifesta no confronto entre o Projeto Ético Político desenhado pela profissão, e Netto (1999:105) assim retrata: “o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero”, ao passo que as exigências provocadas pelo processo de reestruturação produtiva, refuncionalização do Estado e da ofensiva do capital contra o trabalho, segue no caminho para a manutenção da ordem do capital (NETTO, 1999).

Netto (1999) ao tratar do projeto ético-político do Serviço Social está preocupado em inscrevê-lo a partir do que se compreende como projetos societários: “trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (NETTO, 1999: 93). Na sociabilidade burguesa tais projetos são permeados por interesses de classes e envolvem propostas que abarcam o conjunto da sociedade, evidenciando o seu caráter político.

Os projetos profissionais são construções coletivas com inelidíveis dimensões políticas, abertamente associadas a um determinado projeto societário, bem como relacionadas às questões de interesses particulares da profissão. Estes são representantes de um sujeito coletivo que é composto por indivíduos que possuem diferentes concepções de mundo, crenças, ideologias, ou seja, as categorias profissionais são um todo não homogêneo e extremamente plural - o que não supõe não existir um projeto profissional hegemônico -, ainda que as disputas, interesses, divergências, contradições permaneçam no interior do corpo profissional. Tal hegemonia deve ser construída e legitimada a partir do debate de ideias, reflexões, discussões, enfim, deve se dar através da participação democrática e não em recorrer a formas excludentes (NETTO, 1999).

Conforme Netto (1999: 98) nos diz sobre todo projeto profissional necessita organizar e apresentar: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc.”. Elaborar e articular os elementos que a constituem implica em organização política, reflexões, debates,

estudos sobre as requisições e as intervenções práticas. Porém, sabemos que são discussões complexas e divergentes num corpo profissional, e para que se desenhe um projeto é preciso elencar os elementos que são imperativos e os indicativos. No primeiro são aqueles que deverão ser seguidos por todos (leis etc.), e o segundo, são aqueles que não se há consenso e não implica em comportamentos semelhantes entre os membros (NETTO, 1999).

Ainda em sintonia com Netto (1999), em geral os projetos profissionais não colidem, ao contrário, sintonizam-se ao projeto societário hegemônico, somente em condições particulares que esse confronto pode existir, e podemos colocar como exemplo o projeto ético-político do Serviço Social e a direção econômica, social e política encampada pelo capital nos anos noventa. Tendo por herança o movimento de reconceitualização latino-americano em meados da década de sessenta e posteriormente a efervescência política das classes trabalhadoras em fins dos anos setenta e início dos oitenta que rebateu na profissão, possibilitou produzir um caldo político e um segmento da categoria profissional pôde se perceberem enquanto constituinte das classes trabalhadoras e pautar um projeto que diverge da ordem, na busca pela redemocratização do país, pautado pela teoria social crítica.

O projeto ético-político do Serviço Social se materializa através do Código de Ética vigente (1993), da Lei de regulamentação (1993) e das diretrizes curriculares para a formação profissional (1996). Os princípios contidos no Código de 1993 vinculam-se à valores fundamentais, tais como: a liberdade e a democracia, uma vez que ambas se articulam. A concepção de liberdade contida no Código refere-se a capacidade humana em fazer escolhas, e a democracia como um espaço que amplia a participação dos cidadãos nas formas de tomada de decisão, e que na medida que esta última se amplia permite que o conjunto dos cidadãos possam se apropriar dos bens produzidos socialmente (COUTINHO, 1994). O que significa necessariamente a negação e a não aceitação de quaisquer formas autoritárias, preconceituosas, discriminatórias, que firam os princípios e valores da autonomia, diversidade, participação, pluralismo e competência.

Outra dimensão importante se dá em uma nova e necessária relação na intervenção profissional com os usuários que acessam os serviços sociais, pois há de ter o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, incluída nesta qualidade a publicização dos recursos institucionais” (NETTO, 1999: 105), com vistas à participação democrática dos usuários na discussões e decisões institucionais. E dada a complexidade das relações sociais as quais os profissionais estão envolvidos, o projeto ético-político aponta a necessidade de

uma formação acadêmica altamente qualificada pautada por um referencial teórico-metodológico crítico, que se empenhe em analisar a realidade social, que aprofunde a dimensão investigativa da profissão, ético-política e técnico-operativa. Além do mais, nos rumos que Netto (1999) nos aponta, é preciso que os assistentes sociais sob a luz do compromisso ético-político busquem articular-se com outros segmentos profissionais e movimentos sociais que partilhem do projeto societário que fortaleçam a luta geral das classes trabalhadoras.

Os movimentos ocorrentes no conjunto da sociedade envolvem toda a malha que a compõe, e não obstante as profissões. As transformações no mundo do trabalho a partir dos anos 1970 impactam a profissão em sua totalidade, nos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Tais mudanças objetivam na retomada da taxa de lucro do capital, e, em proporção maiores exponencia as novas expressões da “questão social”, pois precariza e flexibiliza ainda mais as relações de trabalho, aumenta a terceirização etc., e, em razão direta amplia o mercado de trabalho do Serviço Social.

O Estado no período neoliberal tem por função o corte com os gastos sociais, e, ao invés de assegurar os direitos sociais de forma integral e universalmente, tem-se a ampliação de programas sociais que irão atender um público cada vez mais focalizado e restrito. A reestruturação produtiva conjugada à desresponsabilização do Estado perante os direitos sociais dos cidadãos e cidadãs, produz o aumento das demandas por parte dos usuários dos serviços públicos, ao passo que o atendimento em sua integralidade diminui (NETTO, 1996b).

Iamamoto (2009) nos diz que embora o maior empregador dos assistentes sociais ainda seja o Estado, na atualidade tem-se ampliado os espaços sócio-ocupacionais: empresas privadas, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria de organizações e movimentos sociais, o que tem exigido novas demandas e funções a esses profissionais, advindas dos empregadores, dos usuários dos serviços sociais e das atribuições e competências da profissão. A autora nos alerta que o trabalho profissional move-se na defesa, consecução e qualidade no acesso aos direitos dos usuários (IAMAMOTO, 2009).

É inconteste na literatura profissional filiada a teoria social marxiana, que o objeto de trabalho do assistente social são as expressões da “questão social”, donde a atuação é tensionada na relação contraditória entre capital e trabalho que se move e altera nessa sociabilidade, e condiciona os profissionais, imbuídos por determinados interesses, a renovar o seu estatuto profissional. Esse processo de renovação do estatuto profissional se manifesta

nas disputas dos segmentos no interior da categoria, se por um lado temos a perspectiva histórico-crítica pautada na luta pela ampliação dos direitos como luta contra o capital, por outro, o caldo (neo)conservador que visa fragmentar, focalizar e isolar tanto as políticas sociais como os usuários que as demandam (IAMAMOTO, 2009). Iamamoto (1982) ao tratar desse campo de tensão do trabalho profissional, nos alerta sobre duas possibilidades: a do assistente social frente ao complexo das relações sociais capitalistas, das expressões da “questão social” agudizadas e as demandas dos usuários que tendem a ser cada vez menos atendidos em sua integralidade e universalidade, pode tender a cair no fatalismo, ou seja, aceitar a ordem social tal como ela se manifesta; e de outro lado, a tendência ao messianismo, que estão entre aqueles/ as profissionais que assumem para si a tarefa da revolução social brasileira. Quando na verdade, continua a Iamamoto (1982), o assistente social deve buscar apreender as mediações e contradições do trabalho profissional, e se valer de sua autonomia relativa na busca em fortalecer o capital ou o trabalho.

[...] a reflexão ética não é neutra: é sempre compromissada com valores que dizem respeito a determinadas projeções sociais, que têm protagonistas histórico-sociais efetivos [...] É nos limites desses princípios que se move o pluralismo, que não se identifica com a sua versão liberal, que mascara os desiguais arcos de influência que as diferentes tendências teórico-metodológicas exercem na profissão, os vínculos que estabelecem com projetos societários distintos e antagônicos, apoiados em forças sociais também diversas (IAMAMOTO, 2009: 27).

Outra forma de manifestação das tensões no trabalho profissional, continua Iamamoto (2009), se dá entre o estatuto de profissão como “liberal” e a condição de assalariamento, onde os empregadores apresentam um conjunto de exigências que determinam e limitam o trabalho materializado, dentro de um evidente confronto entre a construção coletiva do projeto ético-político e as exigências do mercado de trabalho. A possibilidade de incutir uma dada direção social no trabalho profissional, está impressa na autonomia relativa respaldada pelos parâmetros regulamentados no Código de Ética e na Lei profissional, conjugada à correlação de forças e lutas das classes sociais.

O liame do tecido social na atualidade não nos aparece de forma caótica, as relações fetichizadas e fetichizantes as quais envolvem todas as formas de trabalho assalariado na égide do capital, tendem a obscurecer e tornar os sujeitos sociais alheios às construções sócio-histórica. Na contemporaneidade o trabalho profissional exige um sujeito que consiga apreender as mediações entre a totalidade da vida social, as singularidades dos sujeitos

envolvidos – aqui referimo-nos aos usuários na forma em que são classificados pelas políticas públicas -, numa perspectiva de apanhar as particularidades do exercício profissional.

O exercício de desvelar os movimentos do real implica em questões caras à profissão, seja em pela necessidade em responder as demandas sociais que envolve empregadores, usuários, seja no que toca aos embates no interior da categoria, e aqui retomaremos o que Netto (1999) problematizara na década de 1990 e ao nosso ver é atual, pois ao passo que a perspectiva histórico-crítica tem sua hegemonia no Serviço Social, enfrenta uma forte ofensiva do caldo laudatório do pensamento conservador, onde a pós-modernidade é uma de suas manifestações, apoiada na negação das lutas de classes. E é essa disputa que tem parametrizado os embates no interior do corpo profissional: se teremos a afirmação e aprofundamento da perspectiva histórico-crítica ou se tenderá a contê-la e revertê-la num influxo conservador.

Contudo, faz-se necessário o comprometimento intelectual para decifrar o cotidiano da vida social somado ao posicionamento político junto aos usuários desses serviços, para o fortalecimento do atual projeto ético-político (IAMAMOTO, 2009).

O desafio atual é tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva. Para tanto, é necessário articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais que sustentam esse projeto com a realidade do trabalho cotidiano. Exige-se uma análise acurada das reais condições e relações sociais em que se efetiva a profissão, num radical esforço de integrar o “dever ser” com a objetivação desse projeto, sob o risco de se deslizar para uma proposta idealizada, porque abstraída da realidade histórica (IAMAMOTO, 2009:.. 29).

3.3. O Serviço Social nas comunicações do CBAS/ 2013: temáticas e as diferentes concepções teórico-metodológicas no Serviço Social brasileiro e suas expressões na atualidade

No esforço em capturar as tendências teórico-metodológicas no Serviço Social, tomaremos como fonte de pesquisa uma amostra dos trabalhos apresentados como comunicação oral do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), com o tema foi: “Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social”. Optou-se por analisar o XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorrido entre os dias quatorze e dezoito de outubro do ano de dois mil e treze, em Lindoia – São Paulo -, por se tratar do maior evento de

caráter político e científico produzido pelas entidades da categoria, quais sejam o Conselho Federal de Serviço Sociais (CFESS), o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS-SP), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social (ABPESS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

O CBAS consensualmente é consagrado como o momento/ espaço no qual os assistentes sociais refletem, analisam, elaboram e escrevem sobre a profissão. Houveram em torno de três mil participantes, num total de hum mil e duzentos e oitenta e oito trabalhos, onde na sessão comunicação oral foram hum mil cento e vinte dois trabalhos e na sessão pôster cento e sessenta e um trabalhos. O evento é estruturado em conferência de abertura e encerramento; mesas redondas e plenárias simultâneas; sessões temáticas de trabalhos; lançamentos de livros; e atividades culturais.

Para a pesquisa foram analisados cento e quinze trabalhos da sessão de comunicação oral apresentadas neste evento, distribuídos pelos onze eixos temáticos, em busca por identificar o segmentos no interior do Serviço Social quais são as perspectivas teórico-metodológicas e a vinculação com os projetos societários. Segue abaixo o quadro geral dos eixos temáticos, e a quantidade de trabalhos apresentados em cada eixo e o número de comunicações orais analisadas:

TRABALHOS APRESENTADOS NO CBAS EM 2013		
Eixos temáticos	Quantidade total de trabalhos por eixo	10% dos trabalhos a serem pesquisado
Infância, adolescência, juventude e envelhecimento.	139	14
Seguridade social: concepção.	83	9
Seguridade social: controle social e sujeitos políticos.	59	6
Seguridade social: Gestão e financiamento.	66	7
Questões urbana, agrária e ambiental.	83	9
Ética e direitos humanos: ênfase em direitos humanos	62	6
Raça, etnia, gênero e sexualidades.	100	11
Fundamentos, trabalho e formação profissional do Serviço Social.	309	30
Educação, comunicação e cultura.	112	12
Justiça, violência e segurança pública.	60	6
Movimentos, lutas sociais e organização política da classe trabalhadora.	49	5
Total de trabalhos:	1122	115

(CBAS, 2013)

Para analisar os referidos trabalhos foram elencados os seguintes aspectos: a perspectiva teórico-metodológica anunciada, o movimento de historicização da realidade, a análise crítica da realidade, a apreensão das mediações e contradições, os aspectos metodológicos, a análise das variáveis empíricas, as principais referências teóricas, as relações com o marco legal das políticas sociais, o caráter descritivo da análise em relação ao trabalho profissional, e por fim, a perspectiva teórico-metodológica encontrada no trabalho.

Após a definição da amostragem e o primeiro exercício de sistematização das comunicações analisadas e que constituíram essa pesquisa, nos deparamos com um rico e extenso material a ser analisado, em face do tempo para a conclusão da presente monografia realizamos um recorte que privilegiou os seguintes eixos de comunicações: fundamentos, trabalho profissional, seguridade social: concepção, movimentos sociais, e, infância, juventude, adolescência e envelhecimento.

Toda pesquisa é permeada por sucessivas aproximações daquilo que se analisa, e na medida que isso ocorre novas pistas aparecem até que possamos produzir algo a respeito. E ao analisarmos as comunicações do CBAS, percebemos que há diferenciações no que diz respeito aos conteúdos, aos referenciais teórico-metodológicos, a apreensão da realidade e os caminhos metodológicos.

Os trabalhos revelam primeiramente as dificuldades que as entidades organizadoras do referido evento, encontram em distribuir as comunicações em diferentes eixos e temáticas. Fica evidente que há o esforço na construção desses eixos com temas pautados no Serviço Social e ligados aos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, porém, o que queremos apontar como dificuldade está que a totalidade da vida social aparece completamente fragmentada nesses eixos.

As comunicações apresentadas são divididas pelas por temáticas e para melhor ilustrar essa fragmentação, apresentaremos a quantidade de trabalhos e como se deu a apresentação deles em cada eixo:

Na Infância, adolescência, juventude e envelhecimento foram apresentadas cento e trinta e nove comunicações, numa espécie de divisão em subeixos, denominados pelos organizadores de ênfase na Infância, adolescência e juventude, com noventa e quatro trabalhos e ênfase no envelhecimento com quarenta e cinco.

A Seguridade Social aparece dividida em três diferentes eixos e as respectivas quantidade de comunicações: concepção (oitenta e três trabalhos), controle social (cinquenta e nove) e

gestão e financiamento (sessenta e seis), num total de duzentos e oito trabalhos. Na Seguridade Social: gestão e financiamento, a apresentação se deu na ênfase em gestão e ênfase financiamento.

No eixo questão urbana, agrária e ambiental foram apresentados oitenta e três trabalhos, com as respectivas ênfases e quantias: trinta e nove, dezenove e vinte e cinco. E as ênfases em ética, vinte e um; e direitos humanos quarenta e um, com total de sessenta e dois. Em raça, etnia, gênero e sexualidades, também em ênfases, em raça e etnia dezessete trabalhos; gênero, com sessenta e nove; sexualidades, com quatorze, total de cem. Nas ênfases em educação, noventa e quatro; comunicação, nove; e cultura nove, total de cento e doze.

E por fim, ênfases em fundamentos, trinta e dois trabalhos; trabalho profissional, duzentos e três; e formação profissional setenta e quatro, total de trezentos e nove. Nas ênfases em justiça, vinte e dois; violência trinta; e segurança pública, oito, total de sessenta. No eixo movimentos, lutas sociais, e organização política da classe trabalhadora não houve subdivisão para as apresentações, e houveram quarenta e nove comunicações orais apresentadas.

Percebemos que através da distribuição dos trabalhos no CBAS, há a indicação das diferentes concepções teórico-metodológicas presentes no Serviço Social brasileiro, uma vez que existe ênfase nas políticas sociais, no significado da profissão nas relações sociais capitalistas, nos sujeitos e em temáticas emergentes.

Foram três eixos com maior número de comunicações orais apresentadas: fundamentos, formação e trabalho profissional do Serviço Social; Seguridade Social; Infância, adolescência, juventude e envelhecimento. Além da enorme fragmentação já que destacamos acima, as temáticas se entrecruzam e acabam por não dar conta da complexidade de determinações que envolvem o trabalho profissional e aparentemente se encerram nesses eixos, por exemplo: acerca dos direitos sociais da criança, infância e adolescência e envelhecimento algumas comunicações orais dialogaram com a questão urbana, agrária, educação, cultura etc. Ainda no eixo infância, adolescência, juventude e envelhecimento aparecem os sujeitos que acessam os serviços sociais e não as políticas sociais, a profissão etc. como objeto de análise, se atentos, há uma inversão, os sujeitos são vistos como objetos.

Portanto, a própria forma como os trabalhos são distribuídos em diferentes temáticas agrupadas por políticas sociais, no significado da profissão nas relações sociais capitalistas, nos sujeitos e em temáticas emergentes revelam os conteúdos tematizados pelos assistentes

sociais que participaram desse CBAS.

Ao cruzar os dados levantados sobre os temas e o objeto analisado e apresentados pelos assistentes sociais no CBAS, consideramos importante destacar qual é a ênfase dada pelas respectivas autorias nos trabalhos. No eixo de concepção da seguridade social, o que nos aparece como indício é que a maioria das comunicações enfatizam a forma como a política social é executada, e apresenta o sujeito que acessa tal serviço para dar veracidade ao resultado.

No eixo infância, adolescência, juventude e envelhecimento a ênfase dada aparece a partir dos sujeitos envolvidos – os quais são anunciados já na temática do eixo – e como as políticas sociais atendem ou não determinado segmento populacional. No que tange à temática acerca do trabalho profissional temos um grau de diversificação entre a autoria que abordam o significado do Serviço Social no conjunto das relações sociais capitalista e ressaltam as dimensões técnico-operativas e investigativas; e os trabalhos que retratam da forma como as políticas sociais são executadas e o papel do assistente social.

Os eixos que priorizaram a concepção em detrimento dos pontos acima citados foram o de fundamentos e Movimentos, lutas sociais e organização política da classe trabalhadora. Em movimentos, lutas sociais e organização política da classe trabalhadora, tem-se uma preponderância sobre a concepção de organização política da categoria, a emergência das Organizações Não Governamentais. E os/ as autores/ as do eixo de fundamentos abordaram a profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho na sociabilidade burguesa atual.

Em relação aos referenciais teórico-metodológicos para a formação profissional, de acordo com a ABEPSS e o CFESS, estão ancorados em três pontos elementares: a constituição do ser social, a formação sócio-histórica do Brasil e os fundamentos do trabalho profissional. E ao considerar tal questão buscamos averiguar se os/ as autores/as das comunicações no CBAS apreendem a realidade crítica ou acriticamente, e para averiguar este aspecto buscamos observar se na exposição apreendem a realidade por meio do processo de historicização das particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a apreensão das mediações e contradições constitutivas da realidade. Averiguamos, desse modo, que parte das comunicações anunciam e fazem a relação do tema pesquisado enquanto fruto e produção histórica da humanidade em determinadas relações sociais; enquanto que uma outra parte não faz referência à história como construção social e a naturaliza.

Como forma de sinalizar os referenciais teórico-metodológicos a partir dos trabalhos no

CBAS, optamos em apontar as principais fontes de pesquisa bibliográfica, ao considerar a revisão de literatura e os temas mais pesquisados. Nos eixos analisados as bibliografias percebemos que são três grandes campo analíticos: a apreensão da totalidade da vida social a partir de um viés crítico, onde os/ as autores citam Karl Marx, Friderich Engels, György Lukacs, István Mészáros, Ernest Mandel.

O segundo sobre as políticas sociais e a rede de proteção que estão circunscritas aos sujeitos anunciados: educação, assistência, saúde, do idoso, previdência; violação de direitos; aos direitos humanos; a família; gravidez na adolescência; transtornos mentais; SUS; SUAS. E para tanto, a maioria das fontes encontra-se no marco legal das políticas sociais.

E por fim o Serviço Social: o projeto ético-político e as formas de materialização; as dimensões interventivas, ético-política e investigativa; os desafios na atualidade; o conservadorismo na profissão; os espaços sócio-ocupacionais. E aqui os assistentes sociais que apresentaram os trabalhos no CBAS valeram-se dos principais autores da categoria: José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Yolanda Guerra, Valéria Forti, Raquel Raichelis, Maria Carmelita Yazbek, Maria Lúcia Martinelli.

Entre as comunicações analisadas nos eixos de fundamentos; seguridade social concepção; infância, adolescência, juventude e envelhecimento; movimentos, lutas sociais e organização política da classe trabalhadora; e trabalho profissional em grande parte os/ as autores/ as não anunciam nenhuma referencial teórico-metodológico, enquanto que quantia menor, mas que marca presença anuncia como referencial teórico-metodológico a perspectiva histórico-crítica, e em um número bem reduzido algumas comunicações apresentam outros referenciais.

Avaliamos ser importante apontar as metodologias utilizadas e anunciadas nas comunicações e nos indica que foram de naturezas variadas: 25,1% pesquisas bibliográficas; 13,7% são pesquisas bibliográficas e documentais; 12% observação participante; 7,8% pesquisa documental; 6% pesquisa bibliográfica e observação participante; 6% pesquisa bibliográfica, documental e observação participante; 4% pesquisas de campo e bibliográfica; 4% pesquisa bibliográfica com aplicação de questionário; 4% estudos de caso; 19% em cada caso de estudo de caso e pesquisa documental; observação participante e pesquisa documental; observação participante e aplicação de questionários; pesquisa de campo; observação participante, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e aplicação de questionários; observação participante e oficinas; pesquisa bibliográfica, documental e de

campo; por amostragem e aplicação de questionário; e observação participante e aplicação de questionários. Contudo, percebemos que 82,6% da metodologia utilizada são pesquisas bibliográficas e documental, o que demonstra o interesse e a necessidade em recorrer tanto a bibliografia da teoria social crítica, como aos documentos produzidos pela categoria profissional do Serviço Social.

No entanto queremos destacar dois pontos centrais de nossa pesquisa: 1. no referido CBAS há uma diversificação dos recursos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, que se manifestam nos trabalhos a partir da opção em analisar o Serviço Social a partir das formas e marco legal das políticas sociais – e aqui encontramos o maior número de comunicações orais apresentadas – e em número reduzido os trabalhos que abordam o significado da profissão inserida no conjunto das relações sociais no capitalismo; 2. a diversificação também se manifesta a respeito do que as comunicações apresentam: sobre o trabalho profissional em programas sociais; experiências com organizações da sociedade civil; ou socialização de capítulos e/ ou sub itens da pesquisa de doutorado.

Os elementos acima destacados foram no sentido de pautar questões, que ao nosso ver, são pertinentes à profissão e convergem com os espaços de debates produzidos pelas entidades da categoria. Seja porque são questões intrinsecamente ligadas ao Serviço Social e nos referimos as concepções teórico-metodológicas, as temáticas, o próprio evento, seja porque um evento de tamanha envergadura, onde os profissionais se debruçam em abordar o trabalho profissional tende a nos dar pistas dos rumos que a categoria tende a trilhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Sabemos que toda pesquisa é um exercício de aproximação com os movimentos do real, e nesse trabalho não foi diferente, e na medida que fomos nos aprofundamos na análise das comunicações no CBAS, pudemos observar que o material é fecundo e pode nos oferecer resultados efetivos ao que aqui nos propusemos. No entanto, nos deparamos com um material extenso e um lapso de tempo muito curto para a conclusão desse TCC, o que não significa dizer que a pesquisa foi insuficiente. Quer dizer que devido aos indícios que nos deparamos, indica e instiga a continuar a percorrer nessa pesquisa, e desde já anunciamos que assim o faremos em produções acadêmicas futuras.

No exercício de análise das comunicações consideramos pertinentes elementos sobre o sincretismo e a prática indiferenciada no trabalho profissional do assistente social, e Netto (2011: 92) assim nos diz: “ três são os fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social: o universo problemático original que se apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e a modalidade específica de intervenção”. As demandas histórico-sociais que convoca a profissão é a “questão social” em suas manifestações multifacetadas, donde o horizonte é o cotidiano em heterogeneidade e imediatez (NETTO, 2011). A multiplicidade das séquelas da “questão social” aparece no cotidiano do trabalho profissional como imediatas, quando em essência esse cotidiano é um conjunto de mediações largamente absorvidas pela sociedade, e se manifesta aos profissionais como um processo de homogeneização dos procedimentos burocráticos e administrativos institucionais, e na medida que as demandas postas ultrapassam esses procedimentos formais-abstratos, aparentemente há no exercício profissional a ausência materiais e ideais para a intervenção.

O conhecimento superficial da realidade não permite apreendê-la a partir de um conjunto de mediações necessárias dentro da totalidade da vida social. Essa prática sincrética faz com que existam variadas intervenções profissionais se valendo de fontes também distintas na busca por dar respostas as demandas, que ora centra a ação no objeto, ora no sujeito e ora esse sujeito é transformado em objeto.

Somado ao que pontuamos nos parágrafos iniciais desta conclusão, também nos é imprescindível subsidiar a análise a partir do que Iamamoto (1998) assinala acerca do processo de produção teórica do Serviço Social a partir dos anos de 1990. A autora nos indica

que a aproximação com as fontes originárias de Marx nos anos de 1980 contribuiu e contribui para que a profissão seja analisada na divisão social e técnica do trabalho, inserida no conjunto das relações sociais sob a égide do capitalismo monopólico (NETTO, 2011), pautada pelas demandas sócio-históricas e pelas formas de respondê-las.

Esse giro analítico somado ao processo de conquistas civis, políticas e sociais expressas na Constituição Federal de 1988, implicou num processo de repensar e remodelar o trabalho profissional, pautado na luta pela afirmação e ampliação da democracia, da cidadania e dos direitos sociais. E nos diz a autora:

Numa primeira aproximação ao balanço desse debate, salienta-se, como ênfase predominante - ainda que não exclusiva -, as relações do Serviço Social com o Estado monopolista, mediadas pelas políticas sociais públicas, como estratégias no bloco do poder no enfrentamento da "questão social", que ao se efetivarem, viabilizam direitos sociais implicados na cidadania, cuja consolidação e alargamento tem sido parte da luta recente pela democratização do Estado e da sociedade civil no Brasil (IAMAMOTO, 1998: 238).

Iamamoto (1998) nos apresenta tal questão no sentido de que em um curto espaço temporal as preocupações vigorosas a que tem se ocupado o Serviço Social, onde pressupõe “o acúmulo crítico já alcançado quanto à análise do Serviço Social no quadro das relações sociais fundamentais da sociedade capitalista [...], a pesquisa tem progredido no deciframento das políticas sociais” (IAMAMOTO, 1998: 239).

Dentre os indícios que a pesquisa nos trouxe, um deles é a necessidade de retomar e aprofundar esse debate de fins da década de 1990: se a tendência da produção da categoria tem sido problematizar o Serviço Social no conjunto das relações capitalista, conforme Netto (2011) nos sinaliza, a considerar as mudanças histórico-sociais e as demandas que são repostas no sentido de reafirmar e desenvolver o estatuto profissional, por visto a construção dos parâmetros contidos no projeto ético-político; ou na tendência de analisar a profissão nos marco legal das políticas sociais.

No decorrer da pesquisa capturamos como indício que os fundamentos que sustentam o trabalho profissional estão no campo teórico-metodológico e ético-político, e com isso logo de imediato percebemos que há a necessidade de averiguar - a partir das comunicações orais apresentadas e selecionadas para a análise – quantas problematizam o Serviço Social a partir de seu significado histórico e dos parâmetros construídos pela profissão através da Lei de Regulamentação (1993), do Código de Ética (1993) e das Diretrizes Curriculares (1996) e

quantas problematizam desde e somente pelo marco legal das políticas sociais.

Também averiguamos como indício uma outra questão sobre os conteúdos das comunicações orais apresentadas no CBAS, que diz respeito a escolha da temática e do que se analisa, pois aparecem autores/as que abordaram a partir da concepção e significado da profissão nas relações sociais capitalistas, outros priorizaram a forma de execução das políticas sociais, e aqueles/as que centraram a análise nos sujeitos que acessam os serviços sociais.

No que diz da metodologia da pesquisa verificamos um leque bem variado, onde alguns trabalhos apontam detalhadamente os recursos utilizados e outros apenas mencionam no tópico que destinam a discorrer sobre a metodologia. O que nos permite localizar um outro vestígio, onde parte dos trabalhos são trazidos em forma de uma primeira aproximação acerca do objeto analisado, em outras palavras, um saber imediato enquanto que outros trabalhos apresentam um processo aprofundado de investigação do objeto, valendo-se de um conjunto de mediações que possibilita constituir uma sistematização.

Por fim, gostaríamos de ressaltar dois aspectos que nos instigou a necessidade em permanecer nesse estudo: 1. há uma enorme diversificação dos recursos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos utilizados nas comunicações orais nesse CBAS, que se manifestam a partir da relação em que os/ as autores circunscrevem a profissão: nos limites do marco legal das políticas sociais ou a partir do seu significado e inserção no conjunto das relações sociais capitalistas.

Iamamoto (2009) nos instiga a respeito dessa diversificação, pois nos provoca em investigar a produção teórica do Serviço Social, e aponta que um segmento da categoria já pressupõe o acúmulo da produção acadêmica ao relacionar a profissão nas relações sociais sob a égide do capital, e sendo assim, há um enorme campo a ser estudado sobre as políticas sociais. Não queremos negar a necessidade e importância em aprofundar a pesquisa e debates acerca das políticas sociais, mas destacamos que na medida que a profissão fica circunscrita a esse aspecto, pode estar nos indicando um giro da produção acadêmica e avaliamos ser imprescindível investigar os determinantes desse giro e quais as implicações e as similitudes ou discrepância com o projeto ético-político.

O segundo aspecto ainda sobre essa diversificação, tange exatamente o que é o trabalho apresentado em forma de comunicação oral, onde parte deles são sistematizações dos programas sociais aos quais os assistentes sociais exercem a profissão; outros experiências

com organizações da sociedade civil; alguns como socialização de capítulos ou sub itens de pesquisa de doutorado; e um número reduzido retratam o significado do Serviço Social no capitalismo.

É importante ressaltar que esses apontamentos foram suscitados na medida que pesquisamos o material. Evidentemente que desse material podemos extrair muitos outros elementos, mas o exercício dessa pesquisa nos permitiu alcançar até essas pistas, que ao nosso ver são sinalizadores para continuidade, pois se trata de questões importantes ao Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER e Gentili (Org.). **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: **ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo. 1999.

_____. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: **Capacitação em serviço social e política social: Mod. 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

AURELIANO, L.; DRAIBE, S. A especificidade do “Welfare State” brasileiro. In: **Revista Economia e Desenvolvimento**. Brasília: MPAS/ CEPAL, 1989. (139-145).

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos socio-históricos** – 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2010. - (Biblioteca básica/ Serviço Social; v. 4).

_____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.1, nº1, p. 49-69, jan/ jun. 1997.

_____. **Contra corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Notas sobre cidadania e modernidade. Palestra proferida na conferência da Embratel, Rio de Janeiro, 1994.

FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional. In: _____ **Política social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. **In: Programa de Formação Continuada para Assistentes Sociais**. Módulo 3, Política Social. Brasília: CFESS – ABEPSS – CEAD/ NED - UnB, 2000. (p. 41-55).

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. - 34. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ ABEPSS, p. 15-50, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **O ciclo da revolução burguesa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

LENIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2ª ed. (p. 329-399). São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

_____. **O capital: crítica da economia política**. (Cap. I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011. v.5.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. - 6.ed. - São Paulo: Cortez, 2010. - (Biblioteca básicas de Serviço Social; v. 1).

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n.50, p. 87-132, abril. 1996b.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em serviço social e política social: Mod. 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. In: III EONCONTRO INTERNACIONAL “CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE”, 30-31, 2010. **Anais...** Brasília: Serpa, 2010.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 1964. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Razão, ontologia e práxis. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº44. Ano XV. Abril, 1994.

_____. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, v. 85, ano XXV, p. 5-20, nov. 2005.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. - (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6).

SANTOS, Leila Lima. Textos de serviço social. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1983.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Agir, 1989.